



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CRISLANE DOS SANTOS LIMA

**DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS SOBRE MIGRAÇÃO
VENEZUELANA NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF,
MICHEL TEMER E JAIR BOLSONARO: SECURITIZAÇÃO,
HUMANIZAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

CRISLANE DOS SANTOS LIMA

**DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS SOBRE MIGRAÇÃO
VENEZUELANA NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF,
MICHEL TEMER E JAIR BOLSONARO: SECURITIZAÇÃO,
HUMANIZAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO**

Monografia de conclusão de curso submetida à
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como parte
de requisitos necessários para obtenção do grau
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá
Siqueira Santos.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Preta
Oliveira de Lyra.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

L697d

Lima, Crislane dos Santos.

Discursos presidenciais brasileiros sobre migração venezuelana nos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro : securitização, humanização e responsabilização / Crislane dos Santos Lima. - 2025.

85 f. : il., mapas, color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Preta Oliveira de Lyra.

1. Emigração e imigração. 2. Securitização. 3. Venezuela. 4. Discursos brasileiros.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 325.098

CRISLANE DOS SANTOS LIMA

**DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS SOBRE MIGRAÇÃO
VENEZUELANA NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF,
MICHEL TEMER E JAIR BOLSONARO: SECURITIZAÇÃO,
HUMANIZAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO**

Monografia de conclusão de curso submetida à
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como parte
de requisitos necessários para obtenção do título
Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 03/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr.^a Mariana Preta Oliveira de Lyra (Coorientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Dedico primeiramente este trabalho a Deus e depois a minha mãe pois sem eles na minha vida eu não teria concluído. Demais, dedico este trabalho ao meu eu do passado, presente e futuro pois durante esta caminhada os meus “eu” aprendeu que não pode mudar o mundo, mas sim, ser um fio condutor para a diminuição das assimetrias por onde passa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado e segurado a minha mão quando pensei em desistir.

A minha mãe Cristina e ao meu irmão Rafael pelo apoio e motivação.

A professora Dr.^a Tacilla Santos por ter sido uma excelente orientadora, pelo acolhimento e ensinamentos.

A professora Dr.^a Mariana de Lyra por ter sido uma orientadora, professora excepcional e uma grande inspiração para minha trajetória acadêmica.

A Viviane de Freitas pela motivação, ensinamentos e conselhos acadêmicos e de vida.

Aos amigos que a Unilab me presenteou durante os anos de graduação.

Aos meus avós Margarida e Narciso (*in memoriam*) e ao meu pai Roberto (*in memoriam*). Saber que tenho apoiadores e inspiradores na terra e no céu é uma dádiva.

Agradeço também a mim mesma, especialmente a pequena Crislane. Quando pensei em desistir ela me abraçou e lembrou das promessas que tinha feito. E no final o que ontem era sonho tornou-se realidade.

“Pois eu tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram; necessitei de roupas, e vocês me vestiram; estive enfermo, e vocês cuidaram de mim; estive preso, e vocês me visitaram”. — Então, os justos lhe responderão: “Senhor, quando te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando te vimos como estrangeiro e te acolhemos, ou necessitado de roupas e te vestimos? Quando te vimos enfermo ou preso e fomos te visitar?”. — O Rei responderá: “Em verdade lhes digo que tudo o que vocês fizeram a algum desses meus pequenos irmãos, a mim o fizeram””. (Mateus 25:35-40)

RESUMO

Dados migratórios no Brasil, revelam o crescimento das migrações Sul-Sul, e, especialmente, o aumento do número de deslocamentos provocados no contexto regional, neste caso na América do Sul, com destaque para a imigração de venezuelanos. Dada a relevância, o presente trabalho tem como objetivo compreender como a securitização da imigração venezuelana foi abordada nos discursos dos presidentes brasileiros Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Para tanto, empregou-se uma abordagem quali-quantitativa, predominantemente qualitativa, com revisão de literatura e análise de conteúdo como técnica de pesquisa. Ao todo foram analisados os conteúdos de 47 discursos. E como resultado a análise revelou que a imigração venezuelana no Brasil foi abordada e tratada em dados momentos com o viés humanitário e em outros com viés de responsabilização.

Palavras-chave: emigração e imigração; securitização; Venezuela; discursos brasileiros.

ABSTRACT

Migration data in Brazil reveals the growth of South-South migration, and especially the increase in the number of displacements caused in the regional context, in this case in South America, especially the immigration of Venezuelans. Given its relevance, this paper aims to understand how the securitization of Venezuelan immigration was addressed in the speeches of Brazilian presidents Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro (2019-2022). To this end, a qualitative-quantitative approach was used, predominantly qualitative, with a literature review and content analysis as the research technique. A total of 47 speeches were analyzed. As a result, the analysis revealed that Venezuelan immigration to Brazil was approached and dealt with at times with a humanitarian bias and at others with a bias towards accountability.

Keywords: emigration and immigration; securitization; Venezuela; Brazilian discourses.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Registro de entradas e saídas de Venezuelanos no Brasil (2015 – 2022)	35
Gráfico 2	Total de discursos por ano de Dilma Rousseff	40
Gráfico 3	Total de discursos por ano de Michel Temer	42
Gráfico 4	Total de discursos por ano de Jair Bolsonaro	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Total de palavras-chaves por categoria no governo Rousseff	40
Tabela 2	Total de palavras-chaves por categoria no governo Temer	43
Tabela 3	Total de palavras-chaves por categoria no governo Bolsonaro	49
Tabela 4	Contabilização das palavras-chave na Categoria Responsabilização no governo Bolsonaro	55
Tabela 5	Discursos utilizados para as análises da temática	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
EC	Escola de Copenhague
ESI	Estudos de Segurança Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A
PE	Política Externa Brasileira
PF	Polícia Federal
PL	Partido Liberal
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
R4V	Plataforma de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TEORIA DA SECURITIZAÇÃO	18
2.1	SECURITIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS	21
2.2	SECURITIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA AMÉRICA DO SUL	23
2.3	SECURITIZAÇÃO DE MIGRAÇÃO	27
3	MIGRAÇÃO VENEZUELANA CONTEMPORÂNEA	30
3.1	MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL	33
4	DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS: MATERIAIS E MÉTODO	37
4.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DISCURSOS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF	39
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DISCURSOS DO GOVERNO MICHEL	42
4.3	ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DISCURSOS DO GOVERNO JAIR BOLSONARO	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICE	75

1 INTRODUÇÃO

Reconhecendo que a escolha de um tema de pesquisa surge através da identificação direta ou indireta do pesquisador com a temática, a minha decisão em trabalhar com o tema da imigração venezuelana surgiu a partir de inquietações enquanto uma pesquisadora crítica. Residindo em Santo Amaro, cidade localizada no recôncavo baiano, pensar em questões migratórias era algo distante, especialmente pelo fato do município e do estado da Bahia não fazer limites fronteiriços com outros países, e por não ser corrente a circulação de informações midiáticas tanto a nível local quanto nível estadual sobre fluxos migratórios na região.

Todavia, em um dado momento observei no município um grupo de pessoas não nativas, falando em espanhol e percebi que se tratavam de estrangeiros. Não obstante, quando visualizei um cartaz pedindo ajuda e escrito que eram venezuelanos, compreendi que aquele grupo aparentando vínculos familiares eram imigrantes vindos da Venezuela e estavam em situação de vulnerabilidade em uma região não fronteiriça. Com base em questionamentos de como aquele grupo chegou em Santo Amaro, e mediante a polarização dos debates sobre as questões migratórias no cenário doméstico e internacional, decidi trabalhar com esta temática.

Para Bauman (2017) a migração em massa não é um fenômeno novo. E segundo Macedo (2022) os deslocamentos provocados pelos humanos não se constituem como um fato atual. Embora na contemporaneidade haja uma ascensão do uso da palavra imigração, as suas ocorrências são antigas. Desde a construção da história da humanidade o ato de deslocar-se é atribuído como um mecanismo necessário para a sobrevivência humana. No entanto, com o passar das décadas, acontecimentos como a colonização europeia; guerras; conflitos; crises econômicas e climáticas; mudanças políticas, sociais e culturais entre outras, implementaram novas características para este fenômeno, sendo as suas ocorrências geradas de forma forçada ou voluntária.

Nesse aspecto, a crise migratória é um assunto que se encontra em constante evidência nos debates projetados na arena internacional e no âmbito doméstico, envolvendo diversos atores tais como os Estados, Organizações Internacionais, Organizações não governamentais, Empresas/Corporações Multinacionais, Indivíduos etc. Sendo que, as discussões perpetuam-se em posicionamentos que são favoráveis à entrada de imigrantes e em contrapartida em posicionamentos que são contrários à entrada de imigrantes, especialmente o acesso daqueles que são considerados “ilegais” e daqueles cujas nacionalidades possuem restrições específicas. Dada a conjuntura de proibição e/ou restrição de entradas, diversas alegações são projetadas

dentre as quais encontram-se a segurança das fronteiras, a proteção dos nacionais, a soberania nacional, e a proteção contra ameaças externas.

No Brasil as questões migratórias sofrem modificações ao longo dos anos, entretanto, as concepções voltadas para o controle da imigração indesejável encontram o seu *modus operandi* nos campos políticos de protecionismo/proteção do Estado e da Segurança Nacional. Segundo os dados do Boletim das Migrações, divulgado em 2024 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em 14 anos (2010 à agosto de 2024) o Brasil registrou um fluxo migratório de 2,3 milhões de pessoas, sendo o maior fluxo o de venezuelanos somando 500.636 imigrantes (Brasil, 2024b). Os dados migratórios no Brasil, revelam o crescimento das migrações Sul-Sul, e, especialmente, o aumento do número de deslocamentos provocados no contexto regional, neste caso na América do Sul.

É de pontuar que, por intermédio de legislações migratórias e mandatos presidenciais, como a exemplo durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o estado brasileiro promoveu uma imigração desejável (Basílio, 2024), especialmente europeia, e até os tempos atuais é comum notar “mecanismos” que favorecem as migrações Norte-Sul.

Neste trabalho foram analisados os discursos proferidos durante os governos de Dilma Rousseff (2015–2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), no intuito de compreender mais profundamente as medidas de securitização adotadas por cada um destes. Posto isto, foi fundamental analisar o governo de Dilma Rousseff, sobretudo a partir de 2015 quando ocorreu o aumento da crise venezuelana, e, sequencialmente, o governo de Michel Temer, por demarcar um período no qual a entrada de venezuelanos foi intensificada no país. Por fim, a análise do governo de Bolsonaro justifica-se, sobretudo, pela suposição de ocorrências de ênfase nas medidas de securitização frente a imigração. Neste sentido, considerou-se que, com a ampliação de ondas nacionalistas, conservadoras, especialmente através das campanhas eleitorais de partidos de direita e extrema direita, os posicionadores contrários às imigrações passaram a aborda-lá como um problema requerente de ações de segurança, ou seja, securitização.

A postura de “discursos” beligerantes e anti-imigração adotadas pelo presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), geraram inquietações em saber qual posicionamento seria adotado frente à questão migratória dos venezuelanos para o Brasil.

Postas as considerações acima, o trabalho aqui apresentado partiu da seguinte questão de pesquisa: *Como a securitização no âmbito da imigração venezuelana foi abordada nos discursos dos presidentes brasileiros Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022)?* Desta forma, a hipótese levantada neste trabalho, é que a

imigração venezuelana foi mais securitizada no governo de Jair Bolsonaro em detrimento dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. Para auxiliar na investigação e na compreensão dos aspectos migratórios propostos neste estudo, foi crucial analisar as teorias da securitização, da securitização das fronteiras, e da securitização da migração.

Nesse sentido, o **objetivo geral** deste trabalho consistiu em: *compreender como a securitização da imigração venezuelana foi abordada nos discursos dos presidentes brasileiros Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).*

Constituíram-se **objetivos específicos** deste trabalho:

- analisar se a imigração venezuelana foi tratada de modo humanitário ou securitizado nos discursos de Dilma Rousseff
- analisar se a imigração venezuelana foi tratada de modo humanitário ou securitizado nos discursos de Michel Temer.
- analisar se a imigração venezuelana foi tratada de modo humanitário ou securitizado nos discursos de Jair Bolsonaro.
- identificar possíveis padrões nos discursos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro e as prováveis construção de políticas públicas migratórias destes três governos.

Em relação aos aspectos metodológicos foi realizada uma abordagem quali-quantitativa (qualitativo-quantitativo), predominantemente qualitativa, com revisão de literatura e análise de conteúdo como técnica de pesquisa. A revisão de literatura permitiu entender os conceitos de securitização, securitização das fronteiras, securitização de migração, e também da securitização das fronteiras na América do Sul. Já a análise de conteúdo contribuiu para o alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos, na medida em que foram analisados os conteúdos de 47 discursos que fizeram parte do escopo de análise desta pesquisa. É de sublinhar que este trabalho faz o uso da palavra “discursos” no sentido de fala/argumentações, tendo em vista que as análises foram realizadas em discursos, entrevistas, declarações à imprensa, declaração coletiva, falas dos presidentes conforme descritas no apêndice.

A relevância deste trabalho se justifica por contribuir para as análises de securitização das imigrações a partir dos conteúdos presentes nos discursos presidenciais brasileiro. Ademais, colabora para os estudos de segurança das fronteiras do Brasil, no que concerne às migrações sul-sul e oferece elementos para análises posteriores sobre a construção de políticas para atender demandas migratórias. Pontua-se que ao longo deste trabalho são apresentados dados que auxiliam nas investigações sobre o cumprimento e descumprimento dos tratados internacionais migratórios ao qual o Brasil é signatário, assim como a influência das agendas políticas e/ou

ideologias defendidas pelos governos presidenciais nas tomadas de decisão dos acordos, tratados e legislações migratórias.

O trabalho é estruturado em cinco partes além desta introdução. No tópico 2 é abordada a teoria da securitização, a securitização de fronteiras sendo esta ampliada à região da América do Sul, e finalmente é discutida a securitização da migração. No tópico 3 é contextualizada a migração venezuelana vigente e a migração venezuelana para o Brasil. No tópico 4 são apresentados os métodos de pesquisa e o resultado das análises de conteúdo nos discursos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Por fim, apresentamos as considerações finais deste trabalho, enfatizando como os posicionamentos ideológicos e partidários influenciam nas políticas migratórias.

2 TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

Após o cenário da Segunda Guerra Mundial, deu-se início às discussões de como proteger o Estado, inaugurando os Estudos de Segurança Internacional (ESI) como campo específico. Apesar da falta de uma definição geral sobre o que estabelece os ESI, existem quatro questões que os estruturam, a saber: a) privilegiar o Estado como objeto de referência; b) englobar ameaças internas e externas; c) estender a segurança fora do setor e força militar; e d) enxergar a segurança como “inextricavelmente ligada à dinâmica de ameaças, perigos e urgências” (Buzan; Hansen, 2012, p. 36-40). Nessa conjuntura, a Escola de Copenhague (EC) começa a desenvolver pressupostos ampliados sobre as análises de Segurança Internacional.

Sendo fundada na década de 1980, a Escola de Copenhague contribuiu para uma abordagem mais crítica na área da segurança. Considerada uma teoria europeia, a EC se contrapõe à visão estadocêntrica do realismo, expandindo o conceito de segurança com a inclusão de ameaças não estatais, como as de natureza social, econômica e ambiental. Possibilitando, desta forma, a discussão do conceito de segurança para além do Estado, aspectos militares e estratégicos, viabilizando os seus *insights* serem aplicados fora do contexto europeu, a exemplo na América do Sul (Tanno, 2003, p. 53).

Apesar da Escola de Copenhague se projetar criticamente à lógica realista, o teórico Barry Buzan manteve o Estado como principal objeto de referência. Todavia, de acordo com Tanno (2003), os limites empíricos e os acontecimentos regionais na Europa exploraram a necessidade dos teóricos da EC projetarem os seus estudos no âmbito de “segurança estatal e também de segurança “societal” (Tanno, 2003, p. 56).

Para Buzan e Hansen (2012, p. 37), “segurança é sempre um ‘conceito hifenizado’, está sempre ligada a um objeto de referência específico, a localidades internas e externas, a um ou mais setores e a um modo particular de pensar sobre política”. Os autores argumentam que a segurança faz referência à construção de algo que deve ser garantido, ou seja, assegurado como “a nação, o Estado, o indivíduo, o grupo étnico, o meio ambiente, ou o próprio planeta” (Buzan; Hansen, 2012, p. 37).

Ao parcialmente rejeitar o modelo tradicional proveniente da Guerra Fria, que direcionava a segurança para um único setor, e com a explanação de que a segurança é uma política particular podendo ser aplicada em diversas questões; os teóricos da EC desenvolveram a teoria da securitização, que se baseando na abordagem construtivista diferencia o processo de securitização da politização e, principalmente, realça quem desempenha o ato de securitizar e as condições impostas para a ação. Sendo a segurança direcionada à seguridade da

sobrevivência, a sua implementação é justificada quando ‘algo’ coloca em risco um determinado objeto de referência, sendo historicamente o Estado. Desta forma:

[...] segurança é sobre sobrevivência. É quando um problema é apresentado como uma ameaça existencial a um objeto referente designado (tradicionalmente, mas não necessariamente, o Estado, incorporando o governo, o território, e sociedade). A natureza especial das ameaças à segurança justifica o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas (Wæver, 1988, 1995b *apud* Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 21, tradução nossa).¹

A partir das colocações de Buzan, Wæver e Wilde (1998), nota-se que a segurança é um tipo de política especial, no qual a securitização será apontada como uma extrema politização. E para Buzan e Hansen “a securitização refere-se mais precisamente ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança, ou seja, como uma ameaça existencial” (Buzan; Hansen, 2009, p. 214, tradução nossa).²

Em relação à forma como a securitização pode ser estudada, Buzan, Wæver e Wilde (1998) evidenciam que os “discursos e as constelações políticas” precisam ser examinados:

A maneira de estudar a securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: quando um argumento com essa estrutura retórica e semiótica específica atinge efeito suficiente para fazer uma audiência tolerar violações de regras que, de outra forma, teriam que ser obedecidas? Se, por meio de um argumento sobre a prioridade e a urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizador conseguiu se libertar de procedimentos ou regras aos quais ele ou ela, de outra forma, estaria vinculado, estamos testemunhando um caso de securitização (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 25, tradução nossa).³

Para nortear o debate sobre a securitização, são apresentados pelos autores três componentes analíticos para o seu desenvolvimento: 1) Objeto referente: é um aspecto considerado ameaçado que necessita de medidas de segurança; 2) Atores securitizadores: postula qual objeto referente deve ser securitizado; e 3) Atores funcionais: são os atores que influenciam nas decisões de segurança, destaca-se que esses atores não fazem parte do ator

¹ No original: “[...] security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them”.

² No original: “Securitisation refers more precisely to the process of presenting an issue in security terms, in other words as an existential threat”.

³ No Original: “The way to study securitization is to study discourse and political constellations: When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve sufficient effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization”.

securitizador que reivindica a segurança e nem ao objeto referente (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 35-36).

Em similaridade, *uma questão pública / objeto referente* pode ser configurado em três níveis, sendo: 1) não politizado; 2) politizado; e 3) securitizado. No “não politizado”, não existe um debate para uma dada questão ser uma demanda pública. O “politizado” é entendido quando a questão se configurou como uma política pública, exigindo processos de tomada de decisão pelo governo. Por fim, o “securitizado” quando a questão se torna uma ameaça existencial (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 23-24).

No processo de avanço de uma questão não politizada para o securitizado, o agente securitizador precisa convencer a existência de uma ameaça à sobrevivência de um determinado objeto de referência em análise. Para isto, ele dependerá do ato de fala (*speech act*). Para Xin (2019, p. 4), a Teoria dos Atos de Fala, tendo como os propositores Austin (1962) e Searle (1969; 1976), “propõe que cada utilização da linguagem é a realização de um determinado ato”. É notório que a transformação da fala para a realização do ato requer um conjunto de fatores, não sendo atribuída unicamente ao sujeito que simplesmente a pronunciou.

Destaca-se que o agente securitizador precisa, por meio do ato de fala, tornar pública uma preocupação que será validada enquanto uma questão de segurança através de uma audiência. Portanto, para o ato de fala ser considerado um caso de segurança, é necessário que três elementos estejam presentes no discurso: 1) ameaça existencial a um objeto referente; 2) necessidade de medidas excepcionais para protegê-las e 3) as medidas precisam ser justificadas e legitimadas. Salienta-se que o êxito no discurso é atrelado a uma linguagem adequada e com o contexto social, sendo necessário que o discurso possua explanações com o contexto social para convencer o ouvinte que é necessário aplicar a securitização (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 26).

Neste sentido, os princípios de construção da securitização são classificados como intersubjetivos e coletivos. Desse modo, o discurso pode ser analisado como um dos primeiros passos para uma possível securitização (“*securitizing move*”), tendo em vista que embora um discurso do agente apresente uma ameaça existencial, de início este pode não ser posto como “algo” securitizado. Logo, a securitização não é posta de forma compulsória, mas sim debatida e analisada para que os ouvintes por meio de uma audiência possam conferir legitimação ao agente securitizador que introduziu uma demanda de segurança. Somente quando é reconhecido o risco de ameaças e validadas medidas emergenciais para a garantia da sobrevivência do objeto de referência. Posto isto, é validada a condição de emergência, deliberando o direito de usar o que for necessário para bloquear a ameaça (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 25).

Apresentando a securitização na chamada filosofia da linguagem, Balzacq (2019, p. 333, tradução nossa)⁴ descreve que a securitização “[...]troca a semântica pela pragmática. Ou seja, troca o que a linguagem designa pelo efeito que alcança. A securitização vai contra a teoria da correspondência da verdade, que anima as teorias racionais da política internacional”. Ademais, é mencionado que é a articulação do aceito convencionalmente que valida as questões de segurança e não o real externo, ou seja, a sua relação com uma realidade externa. O autor também reitera que estudiosos focam em duas abordagens sobre a securitização, em vista disto, uns concordam com a EC alegando que a securitização tem como sentido despolitizar questões; contudo, outros estudiosos referenciados pelo autor com uma posição mais sociológica, apontam que a securitização mantém vínculo com a política. Em acréscimo, a política do medo é comparada com a securitização por outros experts sociológicos (Balzacq, 2019, p. 340-341)

Tecidas estas considerações, observa-se que a Teoria da Securitização pode ser avaliada no entendimento de como o Brasil, tendo como agente securitizador o Executivo Federal, tem tratado a migração venezuelana em decorrência dos problemas internos da Venezuela.

2.1 SECURITIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Os estudos sobre a segurança vêm apresentando nas últimas décadas as fronteiras como um objeto referente à securitização. Sofrendo diversas modificações ao longo do tempo, as fronteiras são apresentadas como uma construção social. Conforme ressaltado pelos autores Deleixhe, Dembinska e Danero Iglesias (2019, p. 639), a evolução das fronteiras tende a ser estudada por duas óticas: há uma literatura que as direcionam para o âmbito da segurança com destaque para a securitização descontrolada; e existem os estudos que as projetam para o “rico ambiente” que os cercam, como o cultural, os linguísticos, entre outras. De acordo com Moreira (2018b, p. 25), a princípio, as fronteiras não eram relacionadas à concepção de legal ou política. Segundo Seabra (2012, p. IV), no século III a.C., período do império Romano e Chinês, as demarcações de fronteiras eram vistas como um meio de consolidação dos territórios e para a separação/isolamento dos povos nomeados como bárbaros. Já no século XVII, com a sintetização do Estado Soberano como modelo hegemônico de organização política, as fronteiras passaram a ser definidas como um componente de preservação da sobrevivência do Estado.

⁴ No original: “[...] securitization barter semantics for pragmatics. That is, it exchanges what language designates for what effect it achieves. Securitization runs counter to the correspondence theory of truth, which animates rational theories of international politics”.

Partindo da conceitualização de Bonfim (2005, p. 43), “[...] fronteira, é a demarcação dos limites do Estado, sejam terrestres, marítimos ou aéreos, até onde o mesmo exerce sua soberania”. De acordo com Mateus (2010, p. 2-3), atualmente, as fronteiras possuem novos significados sendo atrelados ao processo de globalização. Com o crescimento dos fluxos de mercadorias, expansão econômica e cultural em escala global, ocorreu uma maior abertura das fronteiras, e para o autor elas não são apenas um fator de bloqueio como também um fator de ligação e passagem entre diversos atores do sistema internacional.

As fronteiras apresentam a ideia entre o aberto e o fechado, sendo que estas variações simultâneas reverberam entre “uma globalização de oportunidades, em paralelo com uma globalização de ameaças” (Mateus, 2010, p. 4). O limite ou delimitação de um determinado espaço territorial, presentes no significado do termo fronteira, abrange investigações que têm como objetivo ampliar os fluxos de troca e também a garantia da segurança.

Sendo o Estado definido como o principal provedor da segurança dos seus indivíduos, o controle das fronteiras é inseparável nesse processo. Citando autores como Coleman (2009) em seu trabalho, Prokkola (2018, p. 3) menciona que “cercas de fronteira e controles de fronteira rigorosos são frequentemente vistos como o elemento mais visível da soberania do estado, protegendo a população do território de invasões externas” (Coleman, 2009 *apud* Prokkola, 2018, p. 3)⁵. Nota-se que a fronteira além de delimitar um determinado espaço, pode também limitar o acesso a grupos não pertencentes, garantindo a proteção contra possíveis ameaças. Desse modo, o anseio pela proteção, sobrevivência e também o medo de ameaças contribuem para o fortalecimento das fronteiras (Mateus, 2010, p. 5).

De acordo com as contribuições de Prokkola (2012), objetivos políticos estão presentes na securitização de fronteiras. Outrossim, por intermédio das contribuições da EC mencionadas anteriormente, observa-se que as políticas fronteiriças de securitização provocam diferentes níveis de flexibilidade no que tange ao seu acesso. Para Mateus (2010, p. 6), a globalização de movimento é o maior desafio das fronteiras, todavia, para o autor o ato de movimentação nas fronteiras não significa necessariamente uma ameaça, mas sim o que é movimentado por ser percebido como algo indesejável. Deste modo, o processo de securitização das fronteiras irá bloquear a passagem de fluxos que foram considerados por meio da audiência pública como uma ameaça à sobrevivência do Estado, território, sociedade, entre outros.

⁵ No original: Border fences and strict border controls are often seen to form the most visible element of state sovereignty, protecting the population of the territory from external invasions.

Prokkola (2018, p. 4) referenciando Balzacq (2005), cita que a securitização das fronteiras constrói “novos muros fronteiriços”, e que além de ser uma construção linguística (*act speech*) a securitização de fronteiras é também materializada mediante atos de segurança e insegurança, sendo moldados em processos que abrangem desde a “produção, comunicação, recepção” e até mesmo as alterações das ideias de “ameaça e perigo”. Para Carlà (2021, p. 7), de três modos o processo de securitização das fronteiras podem ocorrer: i) quando os que estão do lado de fora são compreendidos como uma ameaça aos que estão dentro; ii) quando a fronteira é ponderada como incapaz de exercer a sua função de proteção; iii) e, por fim, quando as ameaças estão onde a fronteira está localizada, ou seja, quando as fronteiras e sua posição por si próprias são consideradas como áreas de risco/perigosas.

Dada a notoriedade na concepção do ato de proteger mediante a construção do que é descrito como uma ameaça, Balzacq (2005, p. 191) sinaliza que o “modelo de segurança” projetado no ato da fala não apresenta uma transparência plena sobre “a construção linguística dos problemas de segurança”. Ademais, o autor ressalta que a securitização precisa ser entendida como uma prática estratégica ou pragmática (Balzacq, 2005, p. 191-192). Na conjuntura atual e com a observância dos debates envolvendo as fronteiras, entende-se que a securitização nem sempre está interligada com a proteção territorial ou defesa do estado, além disso nem sempre os motivos que levam a sua securitização envolvem conflitos estatais.

O processo de securitizar as fronteiras a fim de protegê-las de ameaças além das clássicas, ganhou novos contornos com os acontecimentos do século XXI, com destaque para o 11 de setembro de 2001, que projetou novos atores como uma ameaça ao Estado, ampliando os debates na arena internacional sobre as seguranças nas fronteiras. E, consecutivamente a isto, mesmo em regiões em que há baixa possibilidade de conflitos entre Estados ou baixa probabilidade de terrorismo, as fronteiras passaram a ser securitizadas. Dito isto, o entendimento sobre securitização das fronteiras é útil para examinar, na seção seguinte, como a segurança das fronteiras é abordada na América do Sul, especialmente no Brasil.

2.2 SECURITIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA AMÉRICA DO SUL

“Zona de paz” esta é uma das classificações que são direcionadas para a região da América do Sul (Nasser; Moraes, 2014, p. 11). Um subcontinente da América composto de 12 países – Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e um território ultramarino - Guiana Francesa (Guitarrara, *n. d*). De acordo com Neri (2014, p. 9), a reaproximação política da década de 1980 resultou no declínio de

possíveis conflitos entre os estados do Cone Sul e é uma “das maiores conquistas da América do Sul”, possibilitando “intercâmbios econômicos, políticos e culturais” em prol da manutenção da estabilidade regional. Sendo os conflitos interestatais quase inexistentes/baixa propensão, os países sul-americanos destacam-se pelo fato de promoverem baixos gastos no setor militar em comparação às demais regiões do mundo.

O último conflito formal registrado entre os países da América do Sul ocorreu em 1941, e foi entre Equador e Peru (Guerra de Cenepa). Apesar deste fato, segundo as autoras Ernst e Pagot (2021, p. 5), a ‘marginalização’ da América do Sul “pelas Teorias Clássicas das Relações Internacionais (RI)”, implica na compreensão de explanar/explicar a realidade da região pois há uma “defasada conceituação de guerra e paz”. Além disso, os autores Nasser e Moraes (2014, p. 11), afirmam que eventualidades ocorridas em outras regiões, como a exemplo o atentado do 11 de setembro de 2001, assim como, o início da campanha de Guerra contra o Terror implementada pelo presidente dos Estados Unidos George W. Bush como resposta ao ato terrorista, contribuíram para inserir novamente a temática de segurança nas agendas de debates prioritários na América do Sul. E, para além dos Estados, novos atores como a exemplo a sociedade civil, passaram a ser perceptíveis enquanto uma ameaça. Dada a conjuntura, segundo os autores:

Frente às tendências de securitização de diversas agendas por parte dos Estados Unidos, a opção dos países da América do Sul poderia residir na fragmentação das ações, em que cada país almejassem obter vantagens pontuais, ou na construção de mecanismos efetivos de diálogo que abordassem temas de interesse comum (Nasser; Moraes, 2014, p. 11).

Posto isto, os autores ressaltam que os países da região e suas sociedades escolheram, ou seja, projetaram, “um processo de progressiva reformulação dos conceitos de segurança e redefinição das ameaças” (Nasser; Moraes, 2014, p. 11). Dada a observância de baixos conflitos interestatais, assim como o processo de reformulação dos conceitos de segurança e a redefinição de ameaças, é possível questionar quais concepções de ameaças foram atribuídas nesse contexto para a região? E nesta vertente, Nasser e Moraes (2014, p. 11) ressaltam que as ameaças domésticas, ou transnacionais foram introduzidas. Ademais é salientado que as ameaças de aspecto bélico/fator militar não foram excluídas, mas nessa circunstância começaram a ter novos significados.

A partir das questões de defesa e segurança Medeiros Filho (2014, p. 22) reconhece como “paradoxal” o cenário da América do Sul, por haver a ausência de guerras formais (entre Estados), mas em contrapartida existem “fragilidades do império da lei” e uma alta “violência

social”. O autor também ressalta cinco aspectos que podem ser os motivos do “padrão anômalo” da região em questão: i) a localização geográfica e periférica - nesse caso, a região está distante dos grandes conflitos mundiais, assim como não há uma inclinação das grandes potências por poderes na região⁶; ii) é pontuado que o poder bélico é baixo entre os países da América do Sul; iii) a presença hegemônica norte-americana atua como um elemento de estabilidade na região; iv) a instabilidade/problemas domésticos é uma prioridade para os Estados regionais; e por fim v) sob a “perspectiva liberal”, as normas internacionais têm um papel importante, neste caso há um relacionamento pautado em um conjunto comum de regras/normas de uma “sociedade internacional” (Medeiros Filho, 2014, p. 23-24)

Em relação aos gastos militares, de acordo com dados divulgados pela Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), elaborados pelos autores, Tian, Silva, Liang e Scarazzato (2024), no ano de 2023, 41% dos gastos militares mundiais resultaram dos países da América, tendo a América do Sul um gasto de US\$ 50,7 bilhões (Tian *et al.*, 2024). Observando que há gastos militares, no que concerne às forças armadas, segundo Medeiros Filho (2014, p. 31) além de desempenharem a sua função/missão tradicional, também estão sendo mobilizadas no combate aos crimes transnacionais, em missões de paz - Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito doméstico como um aparato/instrumento de desenvolvimento nacional e dando suporte no campo da segurança pública quando necessário.

Desta forma, a concepção sobre as “novas ameaças” da América do Sul, se encontra em constante construção, porém os crimes transnacionais, como o crime organizado, narcotráfico, tráfico de armas, tráfico de pessoas entre outras, passaram a ser vistos como processos de securitização. Nesta região, como apontado por Medeiros Filho (2014), às grandes ameaças surgem da ineficiência dos Estados em adotar políticas públicas como resposta às suas vulnerabilidades sociais. Ademais, de acordo com os autores Villa e Medeiros Filho (2007, p. 8) os problemas “‘de’ fronteira”, não ultrapassam os problemas “‘na’ fronteira”, logo os principais desafios seriam “‘na fronteira’” e não “‘de’ fronteira”, ou seja, questão de segurança muitas vezes imposta em muitas fronteiras, não se aplica de forma plena no caso da América do Sul.

Resumidamente, na região da América do Sul as fronteiras não são securitizadas de maneira clássica, no sentido de tensões entre os Estados, no entanto, elas ocorrem por serem consideradas áreas vulneráveis ao crime. Ou seja, a securitização das fronteiras não acontece

⁶ É necessário pontuar que ainda existem disputas territoriais na região, como é o caso das Ilhas Malvinas - também conhecidas como Falklands Islands - entre o Reino Unido e a Argentina, e também entre a Guiana e a Venezuela pela região de Essequibo, todavia em ambas citadas não há a propensão de um conflito bélico.

por medo de invasões ou perda de territórios, mas por serem estes locais de alta incidência de crimes transfronteiriços que são fontes de violência interna nesses países.

Diante do exposto até aqui, e considerando a complexidade da securitização das fronteiras na América do Sul, ao questionar se as fronteiras no Brasil são securitizadas, e como elas ocorrem, verifica-se que, sendo o país pertencente à região supracitada, a sua dinâmica de securitizar é moldada nas concepções de ameaças estabelecidas a nível regional, ou seja, Sul-Americana. E no que concerne às fronteiras, o Brasil, mediante a constituição de 1988, definiu a faixa de fronteira como um elemento fundamental para a “defesa do território nacional”, tendo como a lei o instrumento de regularização da sua ocupação e utilização (Brasil, 1988).

Em fatos, as fronteiras do Brasil não são securitizadas ao modo dito como clássico, mas o processo ocorre em sua maioria para combater ameaças externas não estatais. É notório que a securitização das fronteiras brasileiras direcionam-se ao combate do narcotráfico, contrabando de armas, mercadorias ilícitas entre outras. Contudo a imigração, especialmente a descrita como ilegal, vem ganhando notoriedade ao ser considerada um problema para as regiões de fronteiras. Estados no Brasil como o Acre já foram projetados por governantes como rota ilegal, sendo utilizados por cidadãos de outros países, configurando-se como uma rota internacional ilegal (Souza, 2014).

Salienta-se que o próprio estado brasileiro é apontado como uma rota ilegal de migrantes. Conforme informações disponibilizadas pela Polícia Federal (PF), atores como organizações criminosas utilizam o Brasil como uma rota para o contrabando de imigrantes e tráfico de pessoas. Com a intenção de chegar principalmente nos Estados Unidos e no Canadá, muitos viajantes solicitam o pedido de refúgio para adentrar no Brasil, substituindo a precisão do visto de entrada no território brasileiro, e assim seguir rotas migratórias ilegais para os Estados na América do Norte (Brasil, 2024a). Nessa circunstância, foi estabelecido que passageiros em trânsito e sem visto de entrada em direção ao Brasil, a partir do momento em que tiverem como destino final outros países, terão que prosseguir com o deslocamento/viagem ou retornar para o seu país de origem (Brasil, 2024a).

As informações apresentadas acima, demonstram como o tema da imigração, principalmente a ilegal, sempre se fez presente nas discussões no cenário brasileiro. Todavia, com a ascensão de governos considerados conservadores, a imigração ganhou notoriedade enquanto um problema direcionado à segurança do estado. Isto posto, a seção seguinte aborda elementos sobre os processos direcionados à securitização da migração.

2.3 SECURITIZAÇÃO DE MIGRAÇÃO

Com o arrefecimento da Guerra Fria, os processos de segurança até então pautados no conflito bipolar entre a antiga URSS e Estados Unidos, sofreu diversas mudanças, principalmente na inserção de demais atores Estatais e não Estatais no processo e debates sobre a securitização. Neste sentido, no âmbito das Nações Unidas, foi criada uma Comissão Independente de Desarmamento e Segurança (também conhecida como Comissão Palme), presidida por Olof Palme, em 1982, que foi responsável por examinar novas conjunturas de ameaças, sendo inseridas questões direcionadas à migração forçada, ao tráfico de drogas, ao crime organizado, entre outros (Saint-Pierre, 2011). Evidencia-se que, com o fim da Guerra Fria, os problemas relacionados com as migrações internacionais passaram a ser projetados como uma “nova” questão de segurança (Brancante; Reis, 2009). Outrossim, a Europa em seu projeto de integração começou a identificar a migração como um elemento central de preocupação, ou seja, de segurança (Huysmans, 2000).

De forma crítica, aportes teóricos, especialmente os ponderados pelos estudiosos da EC, inserem a imigração ao contexto da segurança societal. Segundo Furtado (2014), no âmbito da segurança societal estão incluídas ameaças/riscos que afetam o que é considerado coletivamente como uma identidade. Portanto, a partir do momento em que a imigração em massa é apresentada como uma possível ameaça à preservação de uma determinada identidade, ela acaba sendo inserida como um desafio ou ameaça à segurança societal.

Dentro da lógica de segurança societal, Wæver (1993, p. 23, tradução nossa)⁷ afirma que “podemos concluir que no sistema internacional contemporâneo, segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis”. Segundo Buzan (1993), quando o “nós”, sendo assim a identidade, está em risco, a segurança de uma sociedade pode estar em perigo, ser ameaçada. Nesta descrição conceitual, a migração passa a ser introduzida como um fenômeno relevante de estudo na agenda de segurança. De acordo com Buzan:

Na medida em que tensões sobre migração, identidade e território ocorrem entre sociedades, poderíamos, por analogia com a política internacional, falar sobre um ‘dilema de segurança social’. Isso implicaria que as sociedades podem experimentar processos nos quais as percepções dos “outros” se desenvolvem em “imagens

⁷ No original: “On this basis, we can conclude that in the contemporary international system, societal security concerns the ability of a society to persist in its essential character under changing conditions and possible or actual threats”.

inimigas" que se reforçam mutuamente, levando ao mesmo tipo de dialética negativa do dilema de segurança entre o estado (Buzan, 1993, p. 46, tradução nossa)⁸.

Entendendo que as identidades sociais têm um carácter dinâmico, nem todas as mudanças serão classificadas como ameaças. Desta forma, as comunidades sociais, assim como o Estado, podem apresentar uma abertura ou fechamento moderado às mudanças que consideram como uma ameaça a sua identidade, podendo estas decisões serem influenciadas por um posicionamento conservador ou liberal. Como a exemplo dos EUA, que durante o governo de Donald Trump (2017-2021) implementou a política “America First” (Estados Unidos em primeiro lugar), impondo restrições significativas à entrada de imigrantes, com um discurso de proteger os empregos e os interesses dos cidadãos americanos (Valor Online, 2017).

Um outro exemplo é o “Great replacement”, considerada uma teoria da conspiração na qual alega-se haver um plano de substituição das pessoas brancas por não brancas nas sociedades ocidentais. Com narrativas disseminadas na Europa e EUA, esta teoria afeta os processos migratórios, pois é ponderado que com o aumento dos grupos/comunidades minoritários e com a migração, os valores étnicos e culturais dos brancos estão sendo substituídos (Davey; Ebner, 2019). Consequentemente, esta teoria da conspiração tem fomentado plataformas políticas extremistas em relação a imigração, contribuindo deste modo para construir e/ou legitimar medidas securitizantes para a migração. Pontua-se que essas medidas dialogam com a segurança societal, visto que a migração é sinalizada como uma ameaça às sociedades/valores/identidades ocidentais.

Ainda se tratando da visão proposta por Buzan (1993, p. 43, tradução nossa)⁹, “uma identidade social pode ser ameaçada de maneiras que vão desde a supressão de sua expressão até a interferência em sua capacidade de reprodução”. Neste contexto, o autor enfatiza que os conservadores ou grupos extremistas (nacionalistas extremos) podem considerar a presença dos vindos de outros países (estrangeiros) como uma ameaça à existência e a reprodução da identidade nacional. Outrossim, é ressaltado que embora uma determinada imigração seja permitida, dependendo do fluxo de entrada podem ocorrer mudanças significativas na identidade e na política daquela região (Buzan, 1993).

⁸ No original: “To the extent that tensions over migration, identity and territory occur between societies, we might by analogy with international politics talk about a ‘societal security dilemma’. This would imply that societies can experience processes in which perceptions of ‘the others’ develop into mutually reinforcing ‘enemy pictures’ leading to the same kind of negative dialectics as with the security dilemma between states”

⁹ No original: “A societal identity can be threatened in ways ranging from the suppression of its expression to interference with its ability to reproduce”.

É importante destacar que Buzan (1993, p. 43) argumenta ainda que a migração interna pode ser utilizada por alguns governos como um elemento específico para “submergir identidades locais”, como exemplo é citado Israel na Cisjordânia, China no Tibete entre outras. Ademais, segundo o autor, o processo para saber quando uma imigração se torna uma ameaça, não é dado de maneira simples, ou seja, não existe uma fórmula para saber quando esta torna-se perigosa/ameaçadora. Assim, pode-se inferir que:

A ameaça da migração é fundamentalmente uma questão de como os números relativos interagem com as capacidades de absorção e adaptação da sociedade. As percepções sobre quais números são críticos variam amplamente. Esta ameaça funciona a nível social quando a população que chega é de uma origem cultural ou étnica diferente daquela já residente (Buzan, 1993, p. 45, tradução nossa)¹⁰.

Reconhecendo que diversas nações resultam de uma mistura cosmopolita, Buzan (1993, p. 45) ressalta que a imigração pode ser considerada uma “ameaça”, mas também pode ser vista positivamente, neste caso uma “benção”. Para mais, é salientado que em um período longo, a imigração tem a capacidade de “remodelar” a representação de “nação”, e consecutivamente reformular a “ideia de estado”.

Destarte as ponderações acima, a temática migratória tornou-se nos últimos anos ponto estratégico para a construção de agendas eleitorais, sendo em muitos cenários elemento decisivo para atrair eleitores e ampliar a elegibilidade de um determinado candidato, tanto no cenário legislativo como executivo. E, como efeito, nota-se que a importância dada a imigração até então vista de forma eminente nos países europeus e na América Central - com exemplos de ações securitárias direcionadas a imigração ilegal na fronteira entre Marrocos e Espanha e ao controle intensivo e a securitização da imigração ilegal entre as fronteiras dos Estados Unidos e o México, passaram a ser aplicadas em outras regiões do mundo. Como exemplo pode ser citado a Índia a partir do endurecimento de leis migratórias consideradas xenofóbicas para grupos minoritários, na Argentina mediante os discursos antimigração proferidos por Javier Milei, na África do Sul com o aumento da violência direcionada a imigrantes em 2021, entre outros. Por fim, esses exemplos demonstram como a temática está sendo ampliada em países localizados no Norte e no Sul global, e reforça a importância do estudo sobre a migração no Brasil, especialmente a imigração venezuelana.

¹⁰ No original: “The threat of migration is fundamentally a question of how relative numbers interact with the absorptive and adaptive capacities of society. Perceptions of what numbers are critical will vary widely. This threat works on the societal level When the incoming population is of a different cultural or ethnic stock from those already resident”.

3 MIGRAÇÃO VENEZUELANA CONTEMPORÂNEA

A Venezuela apresenta um panorama diversificado de fatores que contribuíram para a atual situação do êxodo de milhares de venezuelanos para diversos países, sobretudo latino-americano. Segundo Guimarães (2015), até 1920 a agricultura era um elemento de extrema importância para o sustento da população venezuelana, e tanto o café quanto o cacau eram as principais mercadorias de exportação. Todavia, a partir de 1914, com a descoberta do petróleo, especialmente no lago do Maracaibo, e também com a sua exploração nas regiões ligadas ao llanos e ao delta do Orinoco, este recurso foi configurando-se como o principal *commodity* de exportação. Fato que contribuiu para que, em 1970, a Venezuela fosse considerada a maior exportadora entre os países da América Latina, e para que, em 1997, o país ocupasse a terceira posição entre os maiores produtores de petróleo do mundo (Freitas, 2003).

Em 1975, com a nacionalização do petróleo por meio da criação da Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), que entrou em vigor em 1976, o país começou a desenvolver atividades direcionadas a cadeia petrolífera (extração, refino, comercialização e transporte), contribuindo para o desenvolvimento/crescimento econômico no país (Guimarães, 2015). Em decorrência do *boom* econômico proveniente do petróleo, chamado de “Venezuela Saudita”, nas décadas de 50 a 80 o país atraiu muitos imigrantes. Ressalta-se que entre 1959-1983 a Venezuela tinha baixos índices de desemprego, baixa inflação e até 1990 detinha um alto poder de compra comparado aos países da América Latina (Carmo, 2018; Pardo, 2019).

Sendo notável a dependência da Venezuela do petróleo, o país foi beneficiado, assim como também presenciou baixos índices econômicos, devido a este recurso. Na década de 1970, a crise do petróleo contribuiu positivamente para a sua alta demanda e consecutivamente beneficiou o Estado. Para Vizentini (2003), durante esta década a valorização do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ampliou a economia e a performance, ou seja, a atuação do país no cenário internacional. Todavia, a queda do petróleo entre 1980 e 1990, contribuiu para o surgimento de uma dívida externa direcionada ao país (Guimarães, 2015). Sendo constante o declínio econômico, em 1989, o então presidente Carlos Pérez realizou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em prol de um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares. Destaca-se que pacotes de medidas econômicas impostas pelo governo resultaram no aumento das passagens e combustíveis, redução de gastos públicos, entre outras medidas, e neste cenário descontente com as reformas implementadas, em fevereiro de 1989, a população realizou manifestações que ficaram conhecidas como “Caracazo” (Maringoni, 2011).

Em 1999, com Hugo Chávez governando o país, embora tenham ocorrido mudanças políticas e institucionais (Moreira, 2018a), o país continuou sendo dependente do petróleo. É importante ressaltar que este recurso foi utilizado para a manutenção de cargo, pois após sofrer uma tentativa de golpe em 2002, em decorrência da alta do petróleo em 2004 e 2008, Chávez conseguiu manter-se governando (Maringoni, 2011). Com a morte de Chávez em 2013, a Venezuela passou a ser governada pelo presidente Nicolás Maduro, que encontra-se no exercício do cargo nos dias que correm. É de referir que desde de 2014, com a retomada da queda do preço do petróleo, e a forte dependência em importar produtos essenciais e a baixa exportações, o país começou a sofrer desabastecimentos (alimentos, remédios, entre outras). Adquirindo dívidas públicas, somada à desvalorização do bolívar, o país vive uma inflação sem precedentes, atingindo o patamar de 130060,2% em 2018 (Molitero, 2024; Rotermel *et al.*, 2019).

Para Vaz (2017), três fatores podem ser atribuídos a crise enfrentada pela Venezuela: i) a perda da condição de governabilidade devido ao desgaste do governo de Maduro, ou seja, a sua legitimidade, como também a empregabilidade/uso de medidas de exceção e o aumento do isolamento internacional; ii) o agravamento da crise econômica, com desequilíbrios macroeconômicos, no âmbito externos e desestruturamento no plano microeconômico; e iii) o agravamento e a propagação, ou seja, generalização da crise social, perceptível nos altos índices de crime e violência.

De acordo com Fakhri (2024), entre 2014 e 2022 a economia da Venezuela encolheu aproximadamente 74%, e com uma hiperinflação de 190%, em 2023, aproximadamente 82% da população vive na pobreza e 53% na extrema pobreza. A falta de serviços e itens essenciais - alimentos, medicamentos etc. - e a violência (insegurança e ameaça) são fatores que contribuem para o deslocamento da população. De acordo com dados divulgados em 2019 pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), desde de 2014 mais de 3 milhões de venezuelanos deixaram o país (ACNUR Brasil, 2019). Já os dados apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2023, projetavam um êxodo de aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos (ONU, 2023).

Para Gortázar (2018, *n.p.*), “só recentemente, por volta de 2010, a Venezuela deixou de ser uma nação de destino para se tornar um país de origem de emigrantes”. Com deslocamentos para países de destinos tradicionais (Colômbia, Estados Unidos e Espanha), observa-se também uma diversificação nos destinos, assim como, uma forte migração sul-sul. Segundo informações divulgadas em 2018 pela Organização Internacional para as Migrações - OIM, Colômbia,

Equador, Peru, Chile, Estados Unidos, Panamá, México, Espanha, Argentina, Brasil e Costa Rica são os principais destinos buscados (IOM, 2018b). (figura 1).

Figura 1 - Os principais países de destino de Venezuelanos



Fonte: IOM, 2018b (elaborado pelo autor com o mapchart.net).

Segundo dados da IOM (2018a), no ano de 2015 os Estados Unidos liderou com o quantitativo de 255.520 migrantes venezuelanos; em segundo lugar foi a Espanha com 165.895; em terceiro a Colômbia com 48.714; em quarto o México com 15.959; em quinto lugar a Argentina com 12.856; em sexto o Panamá com 9.883; em sétimo lugar o Equador com 8.901; em oitavo o Chile com 8.001; em nono lugar a Costa Rica com 6.437; em décimo o Brasil com 3.425; e, por último, o Peru na décima primeira posição com 2.351 migrantes venezuelanos. Observa-se que o México foi o primeiro destino dos venezuelanos quando é realizada uma análise a partir dos países de destinos históricos ou seja tradicional.

Em 2017, de acordo com os dados da IOM a Colômbia manteve-se em destaque com 600.000 migrantes venezuelanos; seguido dos Estados Unidos com 351.144; da Espanha com 208.333; Chile com 119.051; Argentina com 57.127; Equador com 39.519; do Panamá com 36.365; Brasil com 35.000; México com 32.528; Peru com 26.239; e, por fim, a Costa Rica somando 8.892 migrantes venezuelanos (IOM, 2018a; IOM Regional Office For South America, 2019). Embora não sejam divulgados os dados de todos os países mencionados acima, no ano de 2018, a Colômbia registrou 935.593 migrantes venezuelanos; o Peru registrou 414.000; o Equador 209.000; o Chile 105.756; a Argentina 95.000; e, por fim, o Brasil 75.000 (IOM, 2018b). É importante ressaltar que, ao analisar os dados disponibilizados entre o ano de 2015 e 2018, o Estado brasileiro teve um aumento de aproximadamente 2,089.78% na entrada de migrantes venezuelanos.

Já em 2019 a Colômbia obteve 1,630,903 migrantes venezuelanos; o Peru 863.613; a Espanha 323.575; o Equador 385.042; o Chile 371.163; o Brasil 224.102; a Argentina 145.000; o Panamá 94.596; o México 71.526; e a Costa Rica 28.870. Nota-se que a Colômbia foi o principal destino dos venezuelanos neste ano (IOM Regional Office For South America, 2019).

De acordo com dados publicados em 2022 pela Plataforma de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes (R4V), no final do ano de 2021 os Estados Unidos contabilizam um quantitativo de 545.2 mil venezuelanos e no início de 2022 a Espanha tinha 477.4 mil (R4V, 2024). Com relação aos países da América Latina, dados divulgados em novembro de 2024 projetam a Colômbia como o maior país de destino dos deslocados somando 2.808.968 venezuelanos, em seguida o Peru com 1.662.889, o Brasil com 626.885, o Chile com 532.715, o Equador 444.778 e a Argentina com 165.616 (R4V, 2024). É de pontuar que o Brasil se manteve entre os cinco maiores países de destino, ultrapassando o Chile e o Equador. Ademais, os dados da plataforma, projetam que 7.891.241 refugiados e imigrantes venezuelanos estão vivendo em outras nações, neste caso deixaram a Venezuela, sendo que, deste somatório, 6.702.332 estão morando na América Latina e Caribe (R4V, 2024).

Os dados descritos acima demonstram um acentuado fluxo de imigrantes venezuelanos, e para Vaz (2017, p. 4):

É importante considerar que, na América do Sul, e particularmente no contexto amazônico, as regiões de fronteiras são normalmente suscetíveis a dinâmicas políticas, econômicas e securitárias domésticas e regionais, característica que se torna mais aguda em situações de crises internas que expõem a fragilidade dos mecanismos e instâncias de gestão públicas nesses espaços e à qual se soma a tendência de securitizar as agendas e os próprios espaços fronteiriços, como se observa no caso venezuelano.

Nessa perspectiva, segundo Vaz (2017), os países são afetados de modos diferentes pelo fluxo de venezuelanos, assim como, tendem a lidar com a situação de forma distinta. Partindo desta compreensão, o próximo tópico irá abordar a imigração venezuelana para o Brasil, que compõe o objeto central deste trabalho.

3.1 MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL

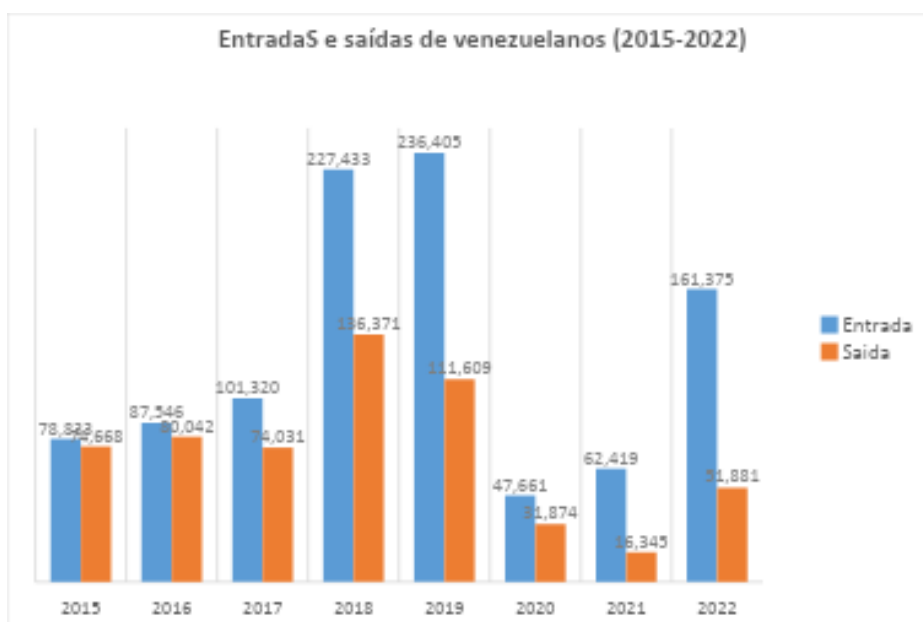
Segundo Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021, p. 2-6), o Brasil vivenciou três ondas de migrações venezuelanas. A primeira onda ocorreu entre 2000-2015 e foi descrita pela “imigração qualificada”. De acordo com os autores, os imigrantes adentraram o país na condição de cientistas, pesquisadores, estudantes de nível superior, médicos, entre outras. Além

disso, as capitais, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, eram os principais destinos desses imigrantes. A segunda onda teve início em 2016. Diferente da primeira, neste contexto político e econômico da Venezuela ampliou a entrada de venezuelanos no Brasil e, entre 2016-2017, grupos sociais distintos - possuindo escolaridade de nível superior ou de baixa renda - ingressam no país. Além disso, ocorreu uma ampliação da presença desses imigrantes nos demais estados brasileiros e, por intermédio da fronteira, o estado de Roraima se tornou o principal ponto de acesso desses imigrantes ao Brasil (Baeninger, 2018; Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021).

Com relação a terceira onda, notória a partir de 2018, Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021), sinalizam que durante este período ocorreram aumento de concentrações de venezuelanos em outras regiões brasileiras, com destaque para o Centro-sul, e que também foram implementadas novas políticas e medidas de ações pelo governo brasileiro para o gerenciamento da imigração venezuelana. Como exemplo são citados a Nova Lei de Migração (Lei 13.445) e o Estatuto dos Refugiados (Lei 9.474), assim como o reconhecimento da violação dos direitos humanos pelo governo venezuelano e o novo posicionamento geopolítico do Brasil a nível regional que foram efetivos para a governança da migração venezuelana. Ademais, os autores citam que a disponibilização, ou seja, a concessão de vistos de refúgios é um dos pontos-chave que caracterizam essa terceira onda.

É notório que a crise política, econômica e social presente na Venezuela, intensificada a partir de 2015, é um dos principais motivos para emigração de sua população. Diante deste cenário, dados de 2023 divulgados pela Plataforma R4V (2023), projetou o Brasil como o terceiro maior receptor de imigrantes (refugiados e migrantes) venezuelanos entre os países da América Latina. Segundo informações divulgadas pela Casa Civil da Presidência da República, no estado de Roraima entre 2015 e agosto de 2018, 75.560 venezuelanos buscaram se regularizar no país. Segundo dados da Polícia Federal, pelo menos 154.920 venezuelanos entraram no Brasil pelo município de Pacaraima-RR, entre os anos de 2017 e 2018 (Brasil, 2018a).

Sobre entradas e saídas, a plataforma DataMigra, desenvolvida pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, [2025c]), publicou que os anos de 2018 e 2019 tiveram o maior registro de entrada de imigrantes venezuelanos, 227.433 e 236.405, respectivamente. Em relação ao número de saídas, os anos de 2015 e 2016 foram altos, respectivamente obtiveram 75.668 e 80.042, enquanto o número de entradas nesta ordem foi de 78.833 e 87.546. O gráfico 1 sintetiza estas informações:

Gráfico 1 - Registro de entradas e saídas de Venezuelanos no Brasil (2015 – 2022)

Fonte: adaptado pela autora a partir de dados do OBMIGRA ([2025c]).

Dessa forma, nota-se que, em 2020, foram contabilizadas 47.661 entradas. Em 2021, foram 62.419, sendo os menores anos de entrada de venezuelanos no país. É importante ressaltar que durante este período ocorreram fechamentos das fronteiras terrestres no país, devido a pandemia do Covid-19, fato este que contribuiu para o baixo quantitativo de entradas. De acordo com o relatório Refúgio em Números 2023, realizado por Junger da Silva *et.al* (2023), no ano de 2022 os venezuelanos, sejam estes por nacionalidade ou com registros de residência no país, lideraram no número de solicitação da condição de refugiado, correspondendo a 67,0% dos requerimentos registrados no estado brasileiro.

De fato, é notório que depois da imigração forçada de aproximadamente quatro milhões de africanos escravizados (Reis, 2007), a imigração venezuelana configura-se atualmente, ou seja, no século XXI como o maior fluxo de entrada de imigrantes no Brasil. Ademais, sublinha-se que esta imigração apresenta características novas sendo uma forte imigração sul-sul e especialmente, provocada no mesmo contexto regional, mesma localização geográfica, nesse caso na América do Sul.

A observação posta acima, é interessante pois contribui para a discussão de políticas públicas migratórias, e também sobre o processo de “aceitação/recebimento” dos brasileiros a imigrantes de diversificadas nacionalidades. Pois, embora seja amplo o número de imigrantes venezuelanos no Brasil, é importante sublinhar que o estado brasileiro construiu durante anos, particularmente entre o final do século XIX e início do século XX, uma política migratória pautada na teoria do branqueamento, no qual os europeus foram considerados o “imigrante

ideal” (Fulgêncio, 2014). Para Sacramento (2022, *n.p.*), “o mito do Brasil acolhedor de imigrantes encontra-se entranhado no mito da democracia racial”.

De acordo com dados presentes no relatório da 7ª sétima rodada da pesquisa Matriz de Monitoramento de Deslocamento, publicado pela OIM, Agência da ONU para as Migrações em 2023, 27% dos venezuelanos entrevistados relataram terem sido vítimas de discriminação no Brasil. Dentro desse cenário, é importante ressaltar que a nacionalidade registrando 89% foi apresentada como a principal razão dos atos de discriminação, e em seguida a conjuntura econômica com 7% das indicações (OIM, 2023).

É notório que imigrantes no Brasil estão sujeitos a xenofobia, violências psicológicas e físicas, todavia a partir do momento que as práticas discriminatórias em sua maioria são construídas pelo local de nascimento/origem das vítimas, como é o caso dos venezuelanos, observa-se que recebimento/acolhimento no âmbito doméstico brasileiro é construído a partir de viés, como a exemplo o racial, localização geográfica e aspectos econômicos.

Postas estas considerações, observa-se que as informações apresentadas sobre a migração venezuelana para o Brasil, assim como a exibição dos dados de entradas dos venezuelanos no estado brasileiro, geram subsídios para compreender o cenário de imigração enfrentada pelo governo de Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), e consecutivamente, para a análise de conteúdos dos discursos na seção seguinte.

4 DISCURSOS PRESIDENCIAIS BRASILEIROS: MATERIAIS, MÉTODO E ANÁLISES

Em termos metodológicos, a pesquisa que derivou para este trabalho adotou uma abordagem quali-quanti (qualitativo-quantitativo), predominantemente qualitativa, com revisão de literatura e a análise de conteúdo como técnica de pesquisa. A abordagem qualitativa foi fundamental para compreender a problemática e o objetivo do estudo, pois, segundo Martins (2004, p. 289), “a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Dando seguimento, a revisão de literatura focou em trabalhos que discutem a securitização da imigração, principalmente a teoria da securitização, securitização das fronteiras e securitização da migração, promoveu subsídios para problematizar os conceitos atribuídos a securitização e analisar a securitização da imigração venezuelana nos discursos presidenciais.

No que se refere à análise de conteúdo (quantitativa e qualitativa), ela esteve centrada em identificar como a imigração venezuelana foi discutida nos discursos presidenciais brasileiros, particularmente para a compreensão do seu “lugar” nos discursos de Jair Bolsonaro. Deste modo, de forma dedutiva foram criadas as categorias “Humanizados” e “Securitizados”. Enfatiza-se que o fato do Brasil ser signatário em tratados humanitários no tratamento das migrações endossou a construção destas categorias. Ademais, a Teoria Construtivista justifica a ligação entre a adesão do estado brasileiro aos tratados humanitários e a criação da categoria, pois de acordo com Wendt (1999, p. 1), dois princípios básicos moldam o construtivismo a saber: “(1) que as estruturas da associação humana são determinadas principalmente por ideias compartilhadas em vez de forças materiais, e (2) que as identidades e interesses dos atores propositais são construídos por essas ideias compartilhadas em vez de dadas pela natureza”¹¹. Portanto, os seus princípios básicos centrados em “ideias compartilhadas”, servirá para observar se a humanização foi compartilhada nas ações discursivas e nas práticas brasileiras.

Em relação à segunda categoria, “Securitizado”, a Teoria da Securitização mediante os aportes teóricos auxiliou para a sua formulação. Conforme mencionado anteriormente por Wæver (1993), a segurança *societal* está direcionada a manutenção das características

¹¹ No original: “(1) that the structures of human association are determined primarily by shared ideas rather than material forces, and (2) that the identities and interests of purposive actors are constructed by these shared ideas rather than given by nature”.

essenciais de uma sociedade frente a possíveis ameaças. E sendo a segurança de uma sociedade comprometida por qualquer fenômeno que ameace o “nós”, nesse viés a imigração passa a ser introduzida como um fenômeno relevante na agenda de segurança. Logo, a construção desta categoria serviu para observar se nos discursos presidenciais a imigração venezuelana foi projetada como uma ameaça ao ponto de ser securitizada.

Conforme apresenta o quadro 1, abaixo, para cada categoria foram elaboradas palavras-chave: “Humanizado” (Humanitários, Acolhimento, Asilo, Solidariedade, Direitos, Cooperar, Integração); “Securitizado” (Ameaça, Controle, Fronteiras, Segurança, Criminalidade, Invasão, Identidade Nacional). Ressalta-se que todas essas palavras-chave serviram para identificar as diferentes abordagens nos discursos.

Quadro 1 - Palavras-chave das categorias “Humanizado” e “Securitizado”

Categoria		
Palavras-chave	Humanizado	Securitizado
	Humanitário	Ameaça
	Acolhimento	Controle
	Asilo	Fronteiras
	Solidariedade	Segurança
	Direitos	Criminalidade
	Cooperar	Invasão
	Integração	Identidade Nacional

Fonte: elaborado pelo autor.

Como fonte dos dados, foram coletados discursos presidenciais realizados entre 2015 a 2022 no site governamental, a saber: Biblioteca da Presidência da República, na seção discursos presidenciais. O processo de seleção dos discursos foi realizado mediante a observância dos temas (Venezuela, Venezuelanos (as), Roraima, Pacaraima, Migração). Ao todo, o *corpus* de análise é composto de 47 discursos¹², sendo todos recolhidos de maneira automatizada através da técnica de *web scraping*, com auxílio do *software* PurseHub, e os segmentos dos textos foram codificados e analisados com auxílio do *software* MAXQDA.

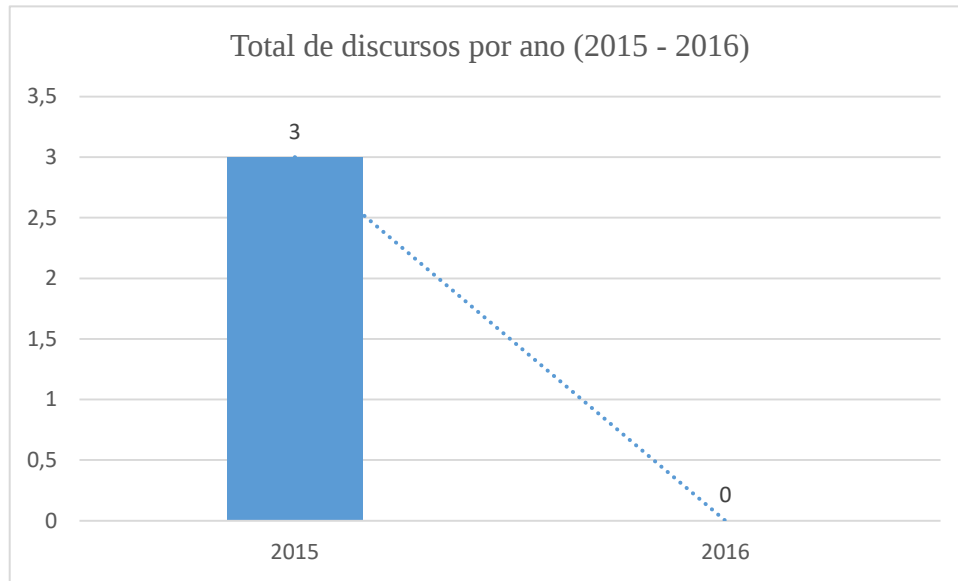
¹² Ao todo foram analisados (3) discursos de Dilma Rousseff, (22) discursos de Michel Temer e (22) discursos de Jair Bolsonaro.

Ressalta-se que o recorte temporal da pesquisa (2015 – 2022) fundamenta-se em três fatores: 1) em 2015, a crise econômica começa a se intensificar na Venezuela, e a inflação de aproximadamente 160% neste respectivo ano foi considerada a maior no mundo, contribuindo para o desabastecimento de produtos básicos e para o aumento do deslocamento da população (Venezuela..., 2015); 2) no Brasil, em 2015, foi registrado um recorde na entrada dos venezuelanos, com 2.032 migrantes (OBMigra, [2025a]); e 3) durante 2015 a 2022, o Brasil foi governado por três presidentes de diferentes partidos e matizes políticas, a saber: Dilma Rousseff (2015 – 2016) do Partido dos Trabalhadores (PT), Michel Temer (2016 – 2018) do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022), atualmente filiado ao Partido Liberal (PL). A diversificação dos presidentes contribuiu para observar como a imigração venezuelana foi articulada em seus respectivos governos.

Considerada como um conjunto de instrumentos metodológicos em contínuo melhoramento, a análise de conteúdo “se aplica a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15). A técnica foi mobilizada nas formas qualitativa e quantitativa. A qualitativa ajudou a identificar a relevância da temática, identificar possíveis padrões nos discursos e as prováveis construção de políticas públicas migratórias; já a forma quantitativa ou frequentista, auxiliou na verificação das menções/frequências das palavras-chave em cada categoria, viabilizando analisar se a imigração venezuelana foi tratada no modo humanitário ou securitizado.

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DISCURSOS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, sendo candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) o seu período de mandato foi entre 2011 a 2016. Durante o período de análise, conforme mostra o gráfico 2, foram encontrados apenas três discursos com a abordagem aqui pretendida, todos publicados durante o ano de 2015.

Gráfico 2 - Total de discursos por ano de Dilma Rousseff

Fonte: elaborado pelo autor.

A baixa quantidade de discursos, juntamente com a não contabilização de frequências das palavras-chave nas categorias “Humanizados” e “Securitizados” (tabela 1), demonstra que durante este período a imigração venezuelana não foi posta como uma prioridade nos discursos/pronunciamentos de Rousseff.

Tabela 1 - Total de palavras-chaves por categoria no governo Rousseff

Humanizados		Securitizados	
Palavras-chave	Total	Palavras-chave	Total
Humanitários	0	Ameaça	0
Acolhimento	0	Controle	0
Asilo	0	Fronteiras	0
Solidariedade	0	Segurança	0
Direitos	0	Criminalidade	0
Cooperar	0	Invasão	0
Integração	0	Identidade Nacional	0
Total	0	Total	0

Fonte: elaborado pelo autor.

É importante salientar que o Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), em 2015, registrou 2.032 entradas de venezuelanos e, em 2016, foram registradas 5.856 entradas. Nesse espaço de tempo, observa-se que em 2016 o número de entradas foi mais que o dobro, demonstrando o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos no país (OBMigra, [2025a]). Posto isto, ao fazer uma análise de conteúdo qualitativa, apenas um discurso fez menção a migração e foi durante a VII Cúpula das Américas - Cidade do Panamá/Panamá, todavia a migração foi abordada de modo geral, não sendo específico a imigração venezuelana no Brasil. De acordo com Rousseff:

O século XXI requer também um novo enfoque sobre migração, que deve ser centrada nos direitos humanos dos migrantes, ser sensível ao crescimento dos fluxos migratórios entre países em desenvolvimento; favorecer o trabalho decente; e prevenir e mitigar os efeitos de desastres socioambientais (Rousseff, 2015, *n.p.*).

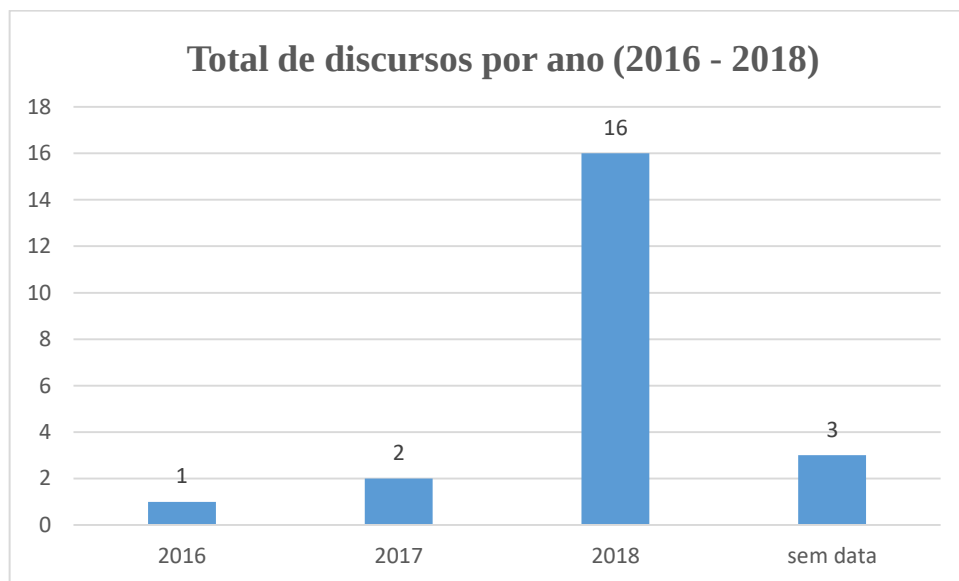
Segundo Kuss (2020, p. 297) “a Análise de Política Externa (APE) resgata a política externa como política pública, em construção permanente, a partir de influências domésticas e externas (sistêmicas e de outros Estados e atores)”. Portanto, observa-se que ocorreu uma influência doméstica tanto para o baixo número de discursos quanto para a construção de políticas públicas para atender ao aumento do fluxo de imigrantes venezuelanos no Brasil. Neste viés, durante o período de análise, o governo de Dilma estava enfrentando uma crise política e econômica interna, bem como um processo de impeachment, que teve início em 2 de dezembro de 2015. Sendo acusada de crime de responsabilidade fiscal, a presidente mobilizou a sua agenda para se defender das acusações, além disso, com o aumento do pedido de cassação, Dilma também teve que lidar com uma crise política dentro de seu partido.

Dessa forma, compreendendo que o cenário político influência nos processos de tomada de decisões, a carência de discursos e consecutivamente a falta de atenção ao aumento significativo do fluxo de imigrantes venezuelanos, pode ser justificada pela prioridade dada pela presidenta a sua agenda interna/doméstica, especialmente ao processo de impeachment. Além disso, devido às boas relações diplomáticas do seu governo, e do seu partido, o PT, com o governo de Nicolás Maduro, a temática da imigração não foi considerada como um problema prioritário. Logo, houveram outras prioridades de temas no governo de Dilma Rousseff, o que contribuiu para o enfraquecimento do debate sobre a imigração venezuelana no Brasil.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DISCURSOS DO GOVERNO MICHEL TEMER

Michel Temer, após o impeachment de Rousseff, assumiu o cargo de presidente do Brasil, de 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2018. Neste período, ao todo 22 discursos referentes ao foco de nossa análise foram encontrados. Destaca-se que não foram encontradas as datas de publicação de três discursos atribuídos a Temer, mas esta situação não compromete a análise dos dados. O gráfico 3 traz detalhes:

Gráfico 3 - Total de discursos por ano de Michel Temer



Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme descrito na tabela 2, a categoria “Humanizado” obteve 46 menções de suas palavras-chave, e a categoria “Securitizado” 21 menções.

Tabela 2 - Total de palavras-chaves por categoria no governo Temer

Humanizados		Securitizados	
Palavras-chave	Total	Palavras-chave	Total
Humanitários	23	Ameaça	0
Acolhimento	18	Controle	2
Asilo	0	Fronteiras	19
Solidariedade	1	Segurança	0
Direitos	2	Criminalidade	0
Cooperar	0	Invasão	0
Integração	2	Identidade Nacional	0
Total	46	Total	21

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar a categoria “Humanizado”, Michel Temer apresentou argumentos direcionados ao campo humanitário como justificativa para o não fechamento das áreas lindeiras. Esse posicionamento do ex-presidente chama atenção para o fato de que ocorrem medidas judiciais, principalmente pelo governo de Roraima, com o objetivo de fechar as fronteiras, e, diante deste cenário, pronunciamentos de Temer também ressaltaram os tratados internacionais e a legislação brasileira como elementos para afirmar que seria “incogitável o fechamento das fronteiras”:

Vocês sabem que houve até medida judicial com vistas a fecharem as fronteiras, e a minha advogada-geral da União, a ministra Grace, está trabalhando exata e precisamente para revelar que seja em função da legislação nacional, seja em função dos tratados internacionais, que eu próprio assinei quando fui à ONU, na primeira vez que fui abrir os trabalhos da ONU, seria, volto a dizer, incogitável o fechamento de fronteiras (Temer, 2018c, *n.p.*).

Um ponto importante a ser mencionado é em relação à ajuda humanitária. Para Temer, a recusa do estado venezuelano em aceitar alimentos e remédios contribuiu para o deslocamento da sua população:

[...]nós propusemos ajuda humanitária, alimentos, remédios, o governo recusou. E o governo recusa lá, e os venezuelanos vêm para cá. Claro que a nossa política é de acolher aqueles que entrem no País, não só a nossa política, como os tratados internacionais. Mas o ideal para nós é que eles recebessem lá a nossa ajuda humanitária e que lá pudessem permanecer[...] (Temer, 2018d, *n.p.*).

A afirmação de Temer demonstra uma dualidade em seus argumentos, pois mesmo apontando uma política de acolhimento, a partir do momento que é dito “o ideal para nós” acompanhado do anseio de que “recebessem lá a nossa ajuda humanitária e que lá pudessem permanecer”, indica uma posição em evitar o deslocamento dos venezuelanos. Em outro momento foi referenciado o compromisso humanitário e a preocupação com os impactos internos. Em alguns discursos, Temer sinalizou o envio de verbas para acolher os imigrantes venezuelanos, em Roraima, em prol da assistência médica, abrigos e também foi citada a edição de um decreto voltado para a criação de uma identidade provisória para os refugiados, possibilitando a sua identificação e empregabilidade. Todavia, também foi ressaltado que o apoio prestado tinha do mesmo modo o objetivo de salvaguardar os serviços estatais utilizados pela população brasileira.

Nesse sentido, o governo federal se prontificou em acolher os venezuelanos em todos os âmbitos (físico, saúde, alimentação, educação, abrigos, entre outros). Ao ser questionado sobre “o não fechamento das fronteiras e a condição de acolher”, Temer evidenciou que o Brasil firmou acordos para receber refugiados, logo, o Estado tinha a obrigação de acolhê-los. Porém ele não ignorou que a situação estava criando problemas para o Brasil. Para o ex-presidente:

Então nós, o Brasil está aberto aos refugiados. Não seria agora, que a Venezuela está passando por essa, o povo venezuelanos, dificuldades das mais variadas, enfim, fome, inexistência de trabalho, salário mínimo incapaz de prover as necessidades dos venezuelanos, que nós iríamos fechar as fronteiras. Agora, se você me disser: “está criando problemas para o Brasil”. De alguma maneira, sim [...] (Temer, 2018f, *n.p.*).

Em conformidade com o gráfico 3, o ano de 2018 obteve o maior registro de discursos, 16 ao total. A expressividade desse quantitativo é justificável pois durante este período através do decreto Nº 9.285 de 15 de fevereiro de 2018, Temer “Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela” (Brasil, 2018b, *n.p.*). Ademais, em 2018, o Brasil obteve um recorde de “solicitantes de refúgio” de aproximadamente 61.391 em comparação com o ano de 2017 de 16.999 (OBMigra, [2025b]).

Por intermédio da interiorização (envio dos imigrantes para outros estados), o ex-presidente expressou que os venezuelanos conseguiriam uma integração no país, oportunidades de emprego e consecutivamente melhores condições de vida. No mais, reconheceu que a crise dos imigrantes estava sendo gerenciada com base na solidariedade, e também que a crise não era um problema de fronteiras, mas uma crise humanitária, e a nova lei de Migração - Lei

13.445/2017, sancionada em seu governo, foi descrita como um meio viável no acolhimento dos estrangeiros. Segundo o ex-presidente:

A crise dos imigrantes venezuelanos, ministro Jungmann, em Roraima, não é um problema de fronteiras, mas é uma questão humanitária. Por isso, em fevereiro deste ano, eu determinei a criação de um comitê com a participação da União e do estado, assegurando todos os recursos necessários a estados e municípios. Esta é uma questão grave que vem afligindo principalmente os países europeus, e o Brasil dá um belo exemplo, reconhecido até pela Organização das Nações Unidas, nós estamos enfrentando este desafio com solidariedade, civilidade e coragem (Temer, 2018b, *n.p.*).

De acordo com a Agência Senado (2017, *n.p.*), a Lei 13.445/2017 “define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil; regula a entrada e a permanência de estrangeiros; e estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior”. Substituindo o Estatuto do Estrangeiro – Lei 6815/1980, vigente desde o período militar, a nova lei de Migração oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013), sendo proposta pelo senador Aloysio Nunes, foi aprovada com 18 vetos. Sublinha-se que um dos dispositivos vetados foi “a livre circulação de indígenas e populações tradicionais entre fronteiras, em terras tradicionalmente ocupadas”. Como justificativa ao veto, Temer alegou que a proposta contrariava a constituição federal, sobretudo no tocante à:

defesa do território nacional como elemento de soberania, pela via da atuação das instituições brasileiras nos pontos de fronteira, no controle da entrada e saída de índios e não índios e a competência da União de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas, proteger e fazer respeitar os bens dos índios brasileiros (Agência Senado, 2017, *n.p.*).

Considerada a Lei 13.445/2017 um avanço em relação à Lei 6.815/1980, que priorizava os interesses nacionais, em sua maioria atribuídas a segurança, ao trabalhador, à organização institucional, aos interesses políticos no âmbito socioeconômico e culturais (Brasil, 1980). É de acentuar que embora na nova Lei de Migração, o imigrante não seja visto como uma ameaça, ou seja, um potencial inimigo ao país, nota-se que o controle das fronteiras e a segurança nacional foram utilizados como argumentos para vetar determinados dispositivos nesta nova lei, isto é, na legislação migratória no Brasil.

Em razão da observação acima, ao analisar a categoria “Securitizado”, a palavra-chave “fronteiras” foi mencionada sete vezes, sendo o maior índice de frequência corrobora para a relevância/importância atribuídas as fronteiras, seja em prol da defesa nacional ou para o controle de entradas e saídas.

A análise de conteúdo qualitativa dos discursos de Temer verificou que as fronteiras foram altamente citadas, especialmente quando um dos seus pronunciamentos sobre a imigração venezuelana para o Brasil, foi interpretada como uma possível materialização de “fechamento de fronteiras”. O cerne da problemática decorreu da viabilidade de distribuição de senhas para a entrada dos venezuelanos, quando afirmou:

sobre o foco administrativo, como há um ingresso muito grande de venezuelanos, dia a dia, 700, 800, talvez haja possibilidade de entrega de senhas para dois efeitos: um primeiro é que há venezuelanos que vêm ao Brasil, a Roraima, apenas para comprar alimentos, remédios e voltam, não é? Então essa seria uma espécie, digamos, de senha. A outra senha é organizadora de molde a permitir que a vacinação seja competente e correta, que os outros elementos de natureza humanitária sejam devidamente aplicados, até porque nós estamos começando mais abundantemente uma interiorização dos venezuelanos (Temer, 2018c, *n.p.*).

Embora Temer tenha chamado atenção ao fato de ser “incogitável, inegociável” o fechamento das fronteiras, com a possibilidade da distribuição das senhas entrariam no Brasil entre 100 até 200 venezuelanos diariamente. Neste viés, independente de utilizar como justificativa para a limitação de entradas o ato de “disciplinar as entradas”, contata-se que tratados migratórios ao qual o Brasil é signatário - a saber a Convenção de 1951 (Estatuto dos Refugiados) e o Protocolo de 1967, seriam contrariados/descumpridos, pois neles “é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e receber refúgio em outro país” (ACNUR Brasil, [2025], *n.p.*)

Ademais, em 2018, foi assinado pelo ex-presidente o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) permitindo a atuação dos militares nas faixas de fronteiras e nas rodovias em Roraima. A despeito da GLO não conceder poderes civis às forças armadas, a mesma foi implementada com a finalidade de garantir a segurança. Na visão de Temer:

Olhe, realmente nós editamos a GLO, essa Garantia da Lei e da Ordem, colocando as Forças Armadas aí, nas faixas de fronteira, que alcança, na verdade, Boa Vista e Pacaraima, a faixa de fronteira alcança essas duas cidades, precisamente em face dos últimos acontecimentos, as coisas lá estavam caminhando por um ritmo, digamos, desagradável na relação povo venezuelano e povo brasileiro. E quando nós botamos essa GLO lá, é para proteger também os cidadãos brasileiros, porque tudo que nós fazemos, Wagner, na verdade, nós fazemos em função também do cidadão brasileiro[...] (Temer, 2018d, *n.p.*).

Tendo a GLO, em vigor entre 29 de agosto a 12 de setembro de 2018, o Ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, afirmou que homens da Brigada foram empregados, com o intuito de reforçar as faixas de fronteiras, para controlar o ingresso dos imigrantes venezuelanos, respeitando a passagem nos postos de controle (Brasil, 2018c).

Dando seguimento a análise da categoria “Securitizado”, no decreto estabelecido por Temer, com direcionamento para a identidade provisória dos refugiados, atenta-se que um dos seus objetivos era ajudar o estado brasileiro a ter um certo controle sobre a situação migratória:

[...]eu editei muito recentemente um decreto, nesta semana passada, estabelecendo uma chamada, identidade provisória dos refugiados, porque o pessoal vinha de lá e não tem nenhum controle. Então é ruim para eles, porque também não conseguem trabalho adequado e, por outro lado, o Estado brasileiro também fica sem controle. Então nós editamos esta fórmula da identidade provisória (Temer, 2018e, *n.p.*).

Um outro aspecto notável na categoria supracitada chama atenção a elementos até então atribuídos ao antigo Estatuto do Estrangeiro, devido aos indícios de conservadorismo e nacionalismo. Embora tenha acentuado a questão dos direitos humanos, a proteção dos habitantes em Roraima, assim como a integridade territorial frente ao fluxo de deslocamento, foi pontuada. Outrossim, a questão da falta de emprego pelos nacionais em decorrência dos venezuelanos foi levada adiante por Temer:

[...]Portanto, diversificar esta entrada que se dá aqui no estado de Roraima. Este é um aspecto principal que nos traz aqui a Roraima, é proteger, digamos, a integridade territorial do estado de Roraima, proteger os habitantes do estado de Roraima. Porque a senhora governadora e todos, mencionaram o fato de que os venezuelanos vindo para cá, eles são obrigados a trabalhar, e muitas vezes trabalham tirando emprego daqueles roraimenses que também anseiam pelo emprego. Então esta é uma questão que nós temos que levar adiante. E para tanto, meus amigos, eu também quero de um lado, falando aqui do ângulo territorial, portanto, da preservação do território brasileiro, da preservação dos empregos nacionais. Mas devo também mencionar também acentuadamente, a questão dos direitos humanos (Temer, 2018a, *n.p.*)

Diante do exposto, a análise da categoria “Securitizado”, demonstra que não ocorreu uma securitização da imigração venezuelana, contudo indícios dúbios, ou seja, ambíguos não podem ser desconsiderados, como a implementação da GLO e o emprego das forças armadas. Sendo as forças armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) destinadas à “defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Brasil, 1999, *n.p.*), a utilização destas instituições no cenário da imigração venezuelana cria um paradoxo de militarização, adicionalmente, a sua aplicação em demais setores além das destinadas, como na área de infraestrutura, coloca em complexidade a sua análise conceitual. Dito isto, apesar de não haver práticas de securitização, pois a imigração não foi posta discursivamente como uma ameaça, é impossível desconsiderar que a utilização dos militares para fins civis pode gerar uma relativa sensação de securitização, embora a ação dos militares não tenha sido “militarizada”.

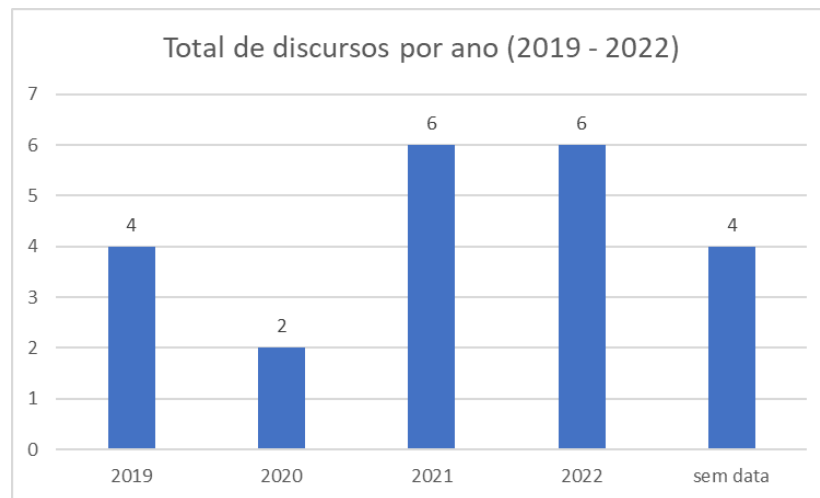
No que tange a questão de políticas migratórias, especialmente sobre a imigração venezuelana, esta foi marcada por continuidades e descontentamentos. Em 2018, foi criada a Operação Acolhida como uma resposta humanitária ao fluxo. Tendo por finalidade prestar atendimento aos venezuelanos no Brasil, seja na condição de refugiado ao imigrante a operação garante a “realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil” (Brasil, [2023], n.p.). Ademais, os seus três pilares são pautados: 1) no controle de fronteira; 2) no acolhimento; e 3) na interiorização (Brasil, [2023]).

Outro marco de continuidade, também em 2018, deu-se pela adesão ao Pacto Global para Migração, adotado pela Assembleia Geral da ONU. Destaca-se que esse pacto garante direitos básicos aos imigrantes, é enquadrado na meta 10.7 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, e é constituído de 23 objetivos em favor da “Migração Segura, Ordenada e Regular” (OIM Brasil, [2025]).

Dessa forma, durante o governo de Michel Temer, a imigração venezuelana foi discutida no aspecto humanitário, com uma atuação pelo relativo cumprimento dos tratados internacionais aderidos pelo Brasil em relação ao tema. Além disso, mudanças legislativas como a Lei de Migração - embora críticas tenham lhe sido atribuídas - expressa um significativo avanço positivo nos direitos dos imigrantes. Em complemento ocorreram políticas de caráter humanizado e o fluxo migratório de venezuelanos ao Brasil foi reconhecido como sendo provocado por uma crise humanitária. Logo, a imigração venezuelana não foi direcionada a um problema de caráter securitizado.

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS DISCURSOS DO GOVERNO JAIR BOLSONARO

Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), foi presidente do Brasil entre janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022. Conforme apresenta o gráfico 4 a seguir, ao todo 22 discursos concernentes à temática aqui abordada, foram encontrados. Além disso, o ano de 2021 e o ano de 2022 registraram a mesma quantidade de discursos, neste caso seis. E apesar de quatro discursos não exibirem as suas datas de publicação, a análise de conteúdo não foi prejudicada. O gráfico 4 traz detalhes:

Gráfico 4 - Total de discursos por ano de Jair Bolsonaro

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao observar o gráfico 4, nota-se que, no ano de 2020 apenas dois discursos foram coletados, fato que demonstra como a pandemia do Covid-19 impactou na discussão sobre o tema. Além disso, embora não seja realizada uma comparação direta entre os governos de Temer - que durou dois anos e sete meses - e Bolsonaro - de quatro anos, pois os anos de duração foram diferentes, é importante ressaltar que o quantitativo de discursos entre ambos, evidencia que o tema da imigração venezuelana no Brasil manteve-se relevante.

Tabela 3 - Total de palavras-chaves por categoria no governo Bolsonaro

Humanizado		Securitizado	
Palavras-chave	Total	Palavras-chave	Total
Humanitários	3	Ameaça	0
Acolhimento	3	Controle	0
Asilo	0	Fronteiras	7
Solidariedade	0	Segurança	0
Direitos	3	Criminalidade	0
Cooperar	1	Invasão	0
Integração	0	Identidade Nacional	0
Total	10	Total	7

Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com a tabela 3, a categoria “Humanizado” obteve 10 menções e a categoria “Securitizado” teve sete menções, sendo todas direcionadas à palavra-chave “fronteiras”. Em princípio, na categoria “Humanizado”, Bolsonaro fez menções breves sobre as questões humanitárias, neste caso, o viés humanizador foi descrito de modo abrangente. Em sua visão:

Nos últimos meses, chegam por dia ao Brasil, a pé, cerca de 600 venezuelanos, a grande maioria dos quais mulheres e crianças pesando em média 15 quilos a menos do que tinham antes, fugindo da violência e da fome. A política brasileira de acolhimento humanitário vai além da Venezuela[...] (Bolsonaro, 2022a, *n.p.*).

Bolsonaro ressalta que o acolhimento humanitário não era exclusivo apenas à Venezuela, mas incluía outros países. Outrossim, a análise de conteúdo qualitativa demonstrou que a assistência de emergência, prestação de serviços públicos como documentação e acesso ao mercado de trabalho, contemplou os imigrantes venezuelanos, haitianos, entre outros. E, mediante as críticas direcionadas ao seu governo, no qual incluía a temática da migração, Bolsonaro ressaltou que o Brasil concede vistos humanitários aos venezuelanos, afegãos, haitianos, ucranianos e sírios.

Um fato que necessita de atenção foi a permissão concedida aos norte-americanos em Boa Vista para alocarem alimentos em prol da ajuda humanitária à Venezuela. Essa ação realizada no governo Bolsonaro evidencia a Política Externa Brasileira (PEB) de aproximação com os Estados Unidos, e em contrapartida compreende-se que essa ação foi prejudicial nas relações entre o Brasil e Venezuela, tendo em vista que Maduro classificou a ajuda destinada como um pretexto para os Estados Unidos intervir militarmente no país com a ajuda do Brasil e da Colômbia (Entenda..., 2019).

Em meio às críticas de organismos internacionais direcionadas às possíveis violações no âmbito ambiental e dos direitos humanos, Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), salientou que o Brasil se destacava na preservação ambiental e também era um exemplo internacional nas questões humanitárias e dos direitos humanos, mantendo os compromissos e apoio aos refugiados, a exemplo dos venezuelanos. Destaca-se que os princípios da Carta das Nações Unidas foram citados como um comprometimento, ou seja, um compromisso do estado brasileiro. Segundo Bolsonaro:

Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos. Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais. A paz não pode estar dissociada da segurança (Bolsonaro, *s.d.*, *n.p.*).

O ex-presidente procurou reforçar a imagem/ideia de o Brasil ser um país acolhedor e receptivo aos refugiados. Mencionando a Operação Acolhida, ele afirmou:

A Operação Acolhida, encabeçada pelo Ministério da Defesa, recebeu quase 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana. Com a participação de mais de 4 mil militares, a Força Tarefa Logística-Humanitária busca acolher, abrigar e interiorizar as famílias que chegam à fronteira. Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos (Bolsonaro, *s.d.*, *n.p.*).

Tal como:

Nosso país sempre acolheu refugiados. Em nossa fronteira com a vizinha Venezuela, a Operação Acolhida, do Governo Federal, já recebeu 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana (Bolsonaro, 2021a, *n.p.*).

No que diz respeito a categoria “Securitizado”, conforme foi apresentado na tabela 3 anteriormente, ao todo sete menções foram contabilizadas sendo todas referentes à palavra-chave “fronteiras”. Disto isto, a princípio a análise de conteúdo qualitativa identificou que dois tipos de discursos foram projetados em torno desta palavra-chave. Em um primeiro momento, nota-se que aspectos humanitários foram construídos em torno de sua menção, e em um determinado momento a sua citação foi utilizada com o objetivo de favorecer as suas posições ideológicas, sobretudo para criticar o governo de Nicolás Maduro.

A análise de conteúdo qualitativa evidenciou que a fronteira foi utilizada no aspecto humanizado como um instrumento de acolhimento e essa conjuntura contabilizou quatro das setes menções, o que representa 57,14% de frequência nos discursos. De acordo com Bolsonaro, era a partir da fronteira no estado de Roraima que o Brasil acolhia os venezuelanos. Ademais, foi ressaltado que através da abertura das fronteiras, o Brasil contribuiu para a paz daqueles que buscam por melhores condições de vida. De acordo com Bolsonaro:

Também contribuimos para a paz ao abriremos nossas fronteiras para aqueles que buscam uma chance de reconstruir suas vidas em nosso país. Desde 2018, mais de seis milhões de irmãos venezuelanos foram obrigados a deixar seu país. Muitos deles vieram para o Brasil (Bolsonaro, 2022a, *n.p.*).

Bem como “com a participação de mais de 4 mil militares, a Força Tarefa Logística-Humanitária busca acolher, abrigar e interiorizar as famílias que chegam à fronteira” (Bolsonaro, *s.d.*, *n.p.*).

Na outra vertente, Bolsonaro mobilizou as fronteiras três vezes, sendo 42,86% dos discursos, como mecanismo de reforçar e até mesmo validar a sua posição ideológica e política, e para criticar o governo de Maduro, rotulando como uma ditadura bolivariana. Segundo o ex-presidente:

Eu quero ir na fronteira, eu quero ir em Pacaraima e quero conseguir imagens, para mostrar para o povo brasileiro, que nós não podemos seguir o caminho da nossa querida Venezuela. Nós queremos liberdade e progresso. Queremos um país onde a liberdade de cultos se faça presente, bem como a liberdade de expressão. Um país onde você valoriza a família e valoriza a meritocracia. Não queremos seguir o caminho de outros países, que o seu povo ao inadvertidamente, eleger gente com pensamento de esquerda, lançou-se como um todo no caminho da ditadura, da pobreza, da fome e da miséria[...] (Bolsonaro, 2021b, *n.p.*).

Assim como o ex presidente menciona a situação venezuelana, o mesmo mobiliza o país de Cuba para reforçar a sua posição política/ideológica e criticar seus inimigos retóricos “assistimos aí Cuba, Venezuela e agora estamos vendo a nossa querida Argentina enveredar por um caminho que parece que poderá não ter mais retorno (Bolsonaro, 2021c, *n.p.*).

De modo geral, Bolsonaro empregou as “fronteiras” para divulgar a situação dos imigrantes venezuelanos que se deslocavam para o Brasil, favorecendo a construção de uma agenda política em oposição ao governo de Maduro e também para criticar os partidos de esquerda, especialmente os políticos que possuem uma boa relação com o governo venezuelano. No entanto, a partir da análise de conteúdo quantitativa e qualitativa observa-se que não houve uma securitização da imigração venezuelana no governo de Bolsonaro.

A hipótese central deste trabalho foi elaborada mediante a suposição de que o governo de Jair Bolsonaro poderia adotar uma abordagem de securitização sobre a imigração venezuelana no Brasil mais evidente do que os seus antecessores. A construção desta hipótese se deu por intermédio dos elementos presentes em sua retórica política, especialmente as direcionadas à segurança nacional, à soberania nacional, a imigração e às fronteiras. Ademais, a literatura sobre a Política Externa Brasileira (PEB) de seu governo juntamente com as suas características e inclinações políticas sugeriam uma tendência à securitização. De acordo com Maringoni, Romano e Berringer (2021, p. 7-8), ao assumir a presidência do país, o governo de Bolsonaro projetou as suas bases da política externa cujas as primeiras ações do Itamaraty direcionaram-se ao combate do que foi denominado como “globalismo”, “marxismo cultural” e “comunismo”. E neste cenário países como Cuba, Venezuela e China foram atacados verbalmente, e também a França e a União Europeia foram atacadas de modo retórico por direcionarem críticas ao governo.

Para mais, as relações Brasil e Venezuela foram marcadas pela crise política enfrentada pela Venezuela, em 2019, quando o governo de Jair Bolsonaro reconheceu o governo de Nicolás Maduro como ilegítimo e apoiou Juan Guaidó, que se autoproclamou como presidente interino do país. O impasse entre Maduro e Guaidó resultou no aprofundamento da crise política e também na implementação de sanções unilaterais do Brasil à Venezuela, como a proibição de altos funcionários do governo venezuelano no Brasil. É importante ressaltar que no decorrer da crise na Venezuela, Bolsonaro disse a Trump “que todas as opções estavam à mesa, deixando entender que havia disposição brasileira em apoiar uma intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela” (Berringer *et.al*, 2021, p. 146). Salienta-se que essa postura adotada por Bolsonaro corrobora com a análise de conteúdo qualitativa dos discursos no qual quando o mesmo foi questionado se foi discutida com Trump a possibilidade de permitir a base militar estadunidense ou o pessoal do Brasil para prestar apoio na fronteira com a Venezuela, ele respondeu:

Discutimos a possibilidade de o Brasil entrar como um grande aliado extra OTAN. Há pouco permitimos que alimentos fossem alocados em Boa Vista, capital de Roraima, por parte dos americanos para que a ajuda humanitária se fizesse presente na Venezuela. No momento estamos nesse ponto. Agora, o que for possível fazemos juntos para solucionar o problema da ditadura venezuelana, o Brasil estará a postos para cumprir essa missão e levar a liberdade e democracia àquele país que há pouco era um dos países mais ricos da América do Sul e, hoje o povo passa fome, sofre violência, sofre com falta de medicamentos. Uma coisa terrível que acontece lá e nós temos que somar esforços sim, para botar um ponto final nessa questão que é ultrajante para o mundo todo (Bolsonaro, 2019, *n.p.*).

Além disso, o tratamento agressivo direcionado ao governo da Venezuela é notório desde o período eleitoral, quando o governo de Maduro já era tratado de forma hostil ao ser chamado de “bolivarianista, comunista e de vinculação ao Foro de São Paulo” (Berringer *et al.*, 2021, p. 146). Um outro elemento que contribuiu para a construção da hipótese é atribuído ao posicionamento de Bolsonaro sobre o tema da imigração e aos imigrantes. Conforme é descrito pelo jornal Gazeta do Povo (Bem...,2018), antes de assumir a presidência em uma entrevista dada ao jornal “Opção” de Goiás, em 2015, Bolsonaro lastimou que com a possível diminuição das forças armadas teriam menos quantitativo na rua para fazer frente “aos marginais do MST¹³, que são engordados agora por senegaleses, haitianos, iranianos, bolivianos, e tudo que é escória do mundo, né, e agora tá chegando os sírios também aqui” (Bem..., 2018, *n.p.*), Bolsonaro ressaltou que a escória do mundo está chegando ao estado brasileiro.

¹³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

De forma crítica, outras declarações antes e após assumir a presidência, no ano de 2019, demonstram uma retórica anti-imigração. Ao criticar a Lei de Migração, sancionada por Temer em 2017, conforme noticiado por Maia (2018) no jornal UOL Notícias (2018) “Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar “certo tipo de gente””, e a Veja (Bolsonaro...,2018) “Bolsonaro ataca lei de migração e diz que Brasil não sabe o que é ditadura”, o ex-presidente apresentou argumentos de que a nova lei de migração “transformou o Brasil em um país sem fronteiras”, onde “qualquer um pode entrar”, e “chega com mais direitos do que nós” (Maia, 2018, n.p.). E não sendo restrito apenas às falas, após criticar o Pacto Global para Migrações adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 2018, e aderido pelo governo Temer, Ernesto Araújo, antes mesmo de ser nomeado como Ministro das Relações Exteriores do governo de Bolsonaro, informou que o Brasil deixaria o pacto. Posto isso, em 2019 o governo deixou o pacto alegando ser uma ameaça à soberania nacional. Utilizando as redes sociais, Bolsonaro disse:

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem por ventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras, e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra e nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros (Conectas Direitos Humanos, 2019, *n.p.*).

Dadas as observações acima, esperava-se que Bolsonaro adotasse um discurso e políticas de securitização explícita, como a exemplo restrição da entrada de imigrantes venezuelanos, militarização das fronteiras e a criminalização do imigrante. Enfatiza-se que essa possibilidade era também sustentada por medidas adotadas por outros países com os quais o governo de Bolsonaro compartilhava ideias similares e possuía uma inclinação política de reaproximação, com destaque para os Estados Unidos governado por Donald Trump que priorizava a segurança nacional sob a assistência humanitária no contexto migratório e era contra a imigração. Logo, a hipótese de que a imigração venezuelana poderia ser majoritariamente securitizada em seu governo foi elaborada mediante a análise da PEB e nas declarações através das redes sociais dadas pelo presidente.

Diante disto, os resultados demonstram que não há uma distinção marcada, em termos de frequência entre o “humanizado” e “securitizado”. Portanto, a hipótese da literatura de que Bolsonaro iria securitizar não se sustenta, e apesar da mobilização de palavras-chave atribuídas a categoria “securitizado”, constatou-se que das setes menções, quatro foram direcionadas para a construção de seu discurso no aspecto humanitário e três foram utilizadas nas argumentações de crítica ao governo de Maduro, reforçando o seu posicionamento ideológico interno, mas não

de securitização da migração venezuelana. Isso demonstra um relativo equilíbrio discursivo entre as duas categorias, torna-se complexo concluir que o ex-presidente securitizou o caso venezuelano, tampouco que foi adotada uma abordagem distintamente humanizada, pois apesar do ex-presidente ter mobilizado os termos “Humanitários”, “Direitos Humanos” e “Cooperação”, em seus discursos não há evidências que essas palavras tenham se transformado em novas políticas públicas em prol dos imigrantes venezuelanos, ficando em evidência uma certa continuidade e descontinuidades.

Todavia, considerando que a questão da imigração venezuelana foi presente em seus discursos, a análise indutiva dos dados coletados possibilitou a formação de uma nova hipótese alternativa de que a imigração venezuelana foi tratada no âmbito da responsabilização, ou seja, Bolsonaro em seus argumentos tentou responsabilizar o governo de Maduro e também a escolha do povo venezuelano em elegê-lo frente ao problema da imigração. A tabela 4 exibe um conjunto de palavras e frases que sustentam a hipótese levantada.

Tabela 4 - Contabilização das palavras-chave na Categoria Responsabilização no governo Bolsonaro

Responsabilizar	
Termos-chave	sofrem por péssimas escolhas que fizeram no passado; acreditar nas coisas fáceis; gerada pela ditadura bolivariana; vem do populismo, da conversa fácil de dirigentes; a conversa fácil, a demagogia, a mentira deslavada; o problema da ditadura venezuelana; regime ditatorial de Chávez e de Maduro; escolhas erradas! populistas! Demagógicas.
Total	12

Fonte: adaptado de Brasil ([2024]).

A categoria “Responsabilização” foi criada de forma indutiva a partir do próprio discurso presidencial, no qual foi observado a saliência de encontrar um culpado para a situação. Nesse caso, o responsabilizar foi considerar a ditadura venezuelana, as escolhas erradas como responsáveis pela situação econômica vivenciada no país e consecutivamente pela imigração, ou seja, pelo deslocamento forçado da população:

Tem aqui na minha frente também uma bandeira da Venezuela, nós sabemos o que aquele povo sofre naquele país, que é o mais rico em reserva de petróleo do mundo, e sofrem por péssimas escolhas que fizeram no passado. Nós somos escravos das nossas escolhas, a nossa escolha é a bandeira verde e amarela. Um abraço a todos os nossos irmãos venezuelanos, peço a Deus que brevemente o suplício de vocês chegue ao fim (Bolsonaro, 2022b, *n.p.*).

Segundo Bolsonaro, a crise econômica na Venezuela foi gerada pela ditadura bolivariana, pelo populismo e também pela conversa fácil:

E um momento de reflexão: como pode um país rico como a Venezuela, em petróleo, ouro, entre outros bens, de repente mergulhar na miséria. Os números de hoje bem comprovam: o salário mínimo lá são de R\$ 15,00. Mas como mergulha numa situação como essa, vem do populismo, da conversa fácil de dirigentes que fazem seu trabalho junto aos mais pobres e mais humildes para atingir seu objetivo (Bolsonaro, 2020, *n.p.*).

Tal como:

Eu pretendo no próximo mês, ir à Pacaraima para ficar algumas horas conversando com os nossos irmãos venezuelanos, que tem fugido da fome, da miséria e da ditadura imposta por Chávez e Maduro, lá nesse país. Quem poderia imaginar que nos anos 90, que a riquíssima Venezuela, integrante da OPEP, com recursos minerais incalculáveis como ouro, pudesse estar na miséria o seu povo que se encontra hoje em dia. Ninguém poderia imaginar isso aí. Agora, como isso aconteceu? Não foi de uma hora para outra, não foi como um raio que cai em cima de uma árvore. Isso foi aos poucos. Governantes que não tinham qualquer amor à liberdade e à democracia, foram cooptando o povo, com benefícios[...] (Bolsonaro, 2021d, *n.p.*).

Projetando a Venezuela como um exemplo a não ser seguido pelos países da América do Sul, especialmente pelo Brasil, o ex-presidente também tenta responsabilizar a escolha dos venezuelanos em eleger o que o mesmo denomina como “regime ditatorial de Chávez e de Maduro” pela conjuntura ao qual se encontra a população:

No próximo mês estarei em Pacaraima, Roraima, pretendo ficar umas duas horas na fronteira com a Venezuela vendo o povo fugindo do regime ditatorial de Chávez e de Maduro e quero mostrar a vocês, assistam essa live que seja 10 minutos dela, eu quero mostrar como um regime escraviza um povo, o regime adorado por grande parte da imprensa brasileira que não tem coragem de mostrar isso daí (Bolsonaro, 2021c, *n.p.*).

É importante ressaltar que em 2022, período de eleição presidencial no Brasil, ao todo foram registrados seis discursos (maior número de discursos), e Bolsonaro utilizou da imigração venezuela, ou seja, do deslocamento da população como um mecanismo de campanha eleitoral. Em um dos seus discursos ele disse:

Entrei numa república de venezuelanas, sábado à tarde. Dá para imaginar, pessoal? Sábado à tarde, eu vejo, paro a moto, olho pra trás, e umas meninas de 14, 15 anos, arrumadinhas. Me surpreendeu. Eu voltei. Falei para o ajudante de ordens: abre uma live. Tinha umas 20 venezuelanas lá dentro. Meninas bonitas de 14, 15 anos. Se arrumando pra quê? Se arrumando, sábado à tarde, pra quê? É isso que nós queremos pras nossas filhas e netas? Eles ainda têm uma Operação Acolhida no Brasil. Nós vamos pra onde? Nadando em tronco de bananeira para a África? Ou enfrentando tubarões para ir para a América do Norte? Se bem que lá a situação também está complicando. É isso que nós queremos? Eu fui pra região de Pacaraima, eu fui para Boa Vista, ver o pessoal chegando, fugindo do paraíso socialista de Chávez, Maduro, Fidel Castro, Evo Morales, Kirchner, Lula, Dilma, Zé Dirceu. Eu fui ver. Quem de vocês conhece aquela região? Vai pra lá[...] (Bolsonaro, 2022c, *n.p.*)

Na citação acima, nota-se que a Operação Acolhida foi abordada de forma ambígua, passando a ideia de que os imigrantes venezuelanos são privilegiados por ter esta operação, não citando o seu aspecto humanizador. Fica em evidência o ato de responsabilizar, ou seja, culpabilizar os motivos que levaram a imigração, pelo governo de Bolsonaro. O quadro 2, exibe de forma estruturada as diferentes análises de conteúdo presentes na categoria “Humanizado”, “Securitizado” e “Responsabilização”.

Quadro 2 - Estrutura das categorias Humanizado, Securitizado e Responsabilização

Categorias	Humanizado	Securitizado	Responsabilização
Elementos discutidos	❖ O Brasil é referência internacional no aspecto humanitário e dos direitos humanos. ❖ Permissão dada aos Estados Unidos para alocar alimentos em Roraima. ❖ Concessão de vistos e acolhimento humanitários. ❖ O Brasil é um país acolhedor e receptivo aos refugiados.	❖ O Brasil contribuiu para a paz ao abrir as fronteiras. ❖ Era por intermédio da fronteira com o estado de Roraima que o Brasil acolhia os venezuelanos. ❖ Desejo de ir às fronteiras e mostrar ao povo brasileiro a situação dos venezuelanos que chegam ao Brasil.	❖ Os venezuelanos sofrem por péssimas escolhas que fizeram no passado. ❖ A Venezuela está na situação de miséria devido ao populismo, a conserva fácil. ❖ Os venezuelanos fogem da fome promovida pela ditadura imposta por Chávez e Maduro.
Intenção dos discursos	❖ Destacou o papel do Brasil na assistência humanitária e o acolhimento prestado aos venezuelanos e a imigrantes de outros países, como por exemplo os haitianos.	❖ Focou nas fronteiras no aspecto humanitário e ao mesmo tempo utilizou da menção das fronteiras para criticar o governo de Nicolás Maduro, reforçando a sua posição política e ideológica.	❖ Enfatizou um posicionamento em responsabilizar o governo venezuelano e as escolhas dos venezuelanos pela atual situação de crise que consecutivamente resulta na imigração.

Fonte: adaptado de Brasil ([2024]).

O quadro acima demonstra que Bolsonaro utilizou diferentes argumentos para tratar a temática da imigração venezuelana, não sendo notória a sua securitização nos discursos e também na prática. Todavia, pontua-se que nas suas redes sociais como o X, antigo Twitter, o

ex-presidente adotou um discurso conservador mobilizando a segurança e o controle das fronteiras objetivando consolidar os seus apoiadores e seus posicionamentos políticos. No entanto, ressalta-se que os seus posicionamentos e discursos adotados em suas redes sociais não formam os corpus de análise nesta pesquisa.

A forma de tratamento dada a temática da imigração pode também ser interpretada por meio das políticas migratórias de continuidades e descontinuidades estabelecidas durante o seu governo. Durante o seu mandato, houve a implementação em outubro de 2019 da segunda fase da Operação Acolhida (Brasil, 2019). No entanto, no mesmo ano de 2019, o governo anunciou a saída do Brasil do Pacto Global para Migração, e também em julho de 2019 foi implementada a Portaria 666 que endurece as regras para a entrada de estrangeiros, deportação e repatriação (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2019).

Diante do exposto, a análise de conteúdo demonstrou que não ocorreu uma securitização da imigração venezuelana no governo de Bolsonaro, mas o seu governo adotou posturas que foram criticadas no cenário doméstico e internacional, a exemplo a saída do Pacto Global para Migrações. Bolsonaro adotou uma postura em responsabilizar, ou seja, culpabilizar o que foi descrito como “ditadura venezuelana” “péssimas escolhas” “populismo”, “discurso fácil” “regime ditatorial de Chávez e de Maduro” entre outras, como os responsáveis pelas situação de crise na Venezuela e em consequência o deslocamento da sua população. Em suma, Bolsonaro não descreveu a imigração venezuelana como uma ameaça ao Brasil, no entanto o comunismo e as escolha de candidatos de partido de esquerda foram projetados como um risco para o estado brasileiro, pois o país poderia virar uma ‘Venezuela’ “um poste vermelho e daí com toda certeza, estaremos no caminho da Venezuela ou da nossa Argentina” (Bolsonaro, 2021e, *n.p.*).

Dessa forma, com a realização da pesquisa notou-se que embora o ex-presidente tenha mobilizado palavras-chave da categoria “Humanizado” em alguns momentos a sua empregabilidade foi para rebater as críticas dirigidas ao seu governo. Portanto, dada a ambiguidade entre o não securitizar e a complexidade no humanizar, é notório que o responsabilizar foi abordado com ênfase em seus discursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a imigração Venezuelana no Brasil, a partir dos discursos presidenciais proferidos por Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, com vistas a compreender se a mesma foi abordada nos referidos discursos com um teor humanitário, ou como uma ameaça ao ponto de ser securitizada.

Para se atingir o objetivo proposto de compreender como a securitização da imigração venezuelana foi abordada nos discursos dos presidentes brasileiros Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), foram construídas duas categorias dedutivas. A primeira categoria dedutiva “Humanizados” obteve 56 menções ao todo, e a segunda categoria criada “Securitizados” alcançou 28 menções. A análise de conteúdo quantitativa realizada nos 47 discursos coletados, permitiu concluir que a imigração venezuelana foi tratada no aspecto humanitário nos discursos coletados e mediante a análise de conteúdo qualitativa verificou uma não padronização nos discursos sobre a temática, e apontou que foram construídas políticas públicas migratórias para lidar com a entrada massiva de venezuelanos no Brasil, com destaque para a Operação Acolhida implementada a partir do viés humanitário pelo governo federal. Todavia é de sublinhar que os resultados também apontaram para a descontinuidade de políticas migratórias, como a saída do Brasil, em 2019, do Pacto Global para Migração.

A análise dos dados, refutou a hipótese de que a imigração venezuelana foi mais securitizada durante o governo de Jair Bolsonaro em relação aos seus dois antecessores. No primeiro momento, durante a análise de conteúdo dos discursos de Dilma Rousseff, observa-se como o cenário doméstico influenciou nas tomadas de decisão sobre a crise migratória venezuelana no Brasil. Com a construção de agenda direcionada ao processo de impeachment notou-se discursos mais abrangentes, ou seja, gerais sobre a migração, não tendo como pauta especificamente a imigração venezuelana.

No segundo momento, com as análises de conteúdo dos discursos de Michel Temer, observa-se discursos direcionados para imigração venezuelana no Brasil. O ex-presidente recorreu e enfatizou os acordos internacionais migratórios ao qual o Brasil é signatário para o não fechamento das fronteiras, quando a questão foi levantada no cenário doméstico. Em dados momentos, posicionamentos dúbios de securitização foram presentes mediante a possibilidade de distribuição de senhas a fim de disciplinar as entradas e até mesmo com implementação da GLO utilizando das forças armadas para garantir a segurança e o controle das entradas. Neste cenário é importante entender como foram construídos os fundamentos dos discursos em torno

da GLO, pois através da análise de conteúdo qualitativa notou-se que a entrada de venezuelanos no Brasil não foi posta como uma ameaça à segurança do estado brasileiro.

No terceiro momento, as análises de conteúdo nos discursos de Jair Bolsonaro além de apresentar como resultados subsídios para refutar a hipótese levantada, contribuiu para a criação de uma nova hipótese e consecutivamente uma categoria de Responsabilização. De forma indutiva, os dados coletados revelaram que Bolsonaro tentou em seus discursos responsabilizar o governo de Nicolás Maduro pela situação enfrentada pelo país venezuelano. Além disso, o caso da Venezuela foi projetado para a construção de campanhas eleitorais e para reafirmação de pensamentos/ideologias contrárias ao que foi descrito como “regime ditatorial de Chávez e de Maduro”, “ditadura venezuelana” “péssimas escolhas” entre outras. Foram notórios discursos construídos na culpabilização ao governo de Maduro e ao seu regime político pelo deslocamento da população venezuelana.

No período que compreende esta pesquisa, entende-se que a imigração venezuelana no Brasil foi abordada e tratada em dados momentos com o viés humanitário e em outros com viés de responsabilização. A imigração, ou seja, a entrada de venezuelanos não foi abordada no âmbito de ameaça. Por outro lado, os resultados demonstram como posicionamentos ideológicos e inclinações partidárias diferentes contribuem para a efetivação, construção, continuidade e descontinuidade de políticas públicas migratórias, afetando deste modo em níveis diferentes as políticas assistenciais prestadas aos imigrantes no país.

REFERÊNCIAS

- ACNUR BRASIL. **6 dados sobre a situação dos venezuelanos**. [Brasília, DF], 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/6-dados-sobre-situacao-dos-venezuelanos>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- ACNUR BRASIL. **Convenção de 1951**. [Brasília, DF], [2025]. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/convencao-de-1951#:~:text=A%20Convenção%20de%201951%20e,receber%20refúgio%20em%20outro%20país>. Acesso em: 1 jan. 2025.
- AGÊNCIA SENADO. Nova Lei de Migração é sancionada com vetos. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 135-138 Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.
- BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, [S. l.] v. 16, e202113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113> Disponível em: <https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/6>. Acesso em: 2 nov. 2024.
- BALZACQ, T. Securitization theory: Past, present, and future. **Polity**, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 331-348, 2019. DOI: 10.1086/701884. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/701884>. Acesso em: 6 de jun. 2024.
- BALZACQ, T. The three faces of securitization: Political agency, audience and context. **European journal of international relations**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005. DOI: 10.1177/1354066105052960. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066105052960>. Acesso em: 30 de ago. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 978-85-62938-04-7.
- BASÍLIO, B. I. R. O imigrante ideal: uma análise da política imigratória de Getúlio Vargas (1930–1945). **TRAVESSIA-revista do migrante**, [S. l.], v. 1, n. 98, p. 59-76, 2024. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1183>. Acesso em: 1 jan. 2025.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. **Gazeta do Povo**, [S.l.], 15 jan. 2018. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BERRINGER, T.; CARNEIRO, G. S.; SOPRIJO, G.; SOUZA, L. M.; BARROS, L. O. Nacionalismo às Avessas. In: MARINGONI, G; SCHUTTE, G. R.; BERRINGER, T. (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. 22. ed. Santo André, SP: Editora Universidade Federal do ABC (EdUFABC), 2021. cap. 8, p. 139-150. ISBN 978-65-990173-8-4. Disponível em: https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO ataca lei de migração e diz que Brasil não sabe o que é ditadura: Presidente eleito conversou por telefone com Viktor Orban, primeiro-ministro da Hungria e defensor da política anti-imigração na Europa. **Veja**, [S. l.], 19 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-ataca-lei-de-migracao-e-diz-que-brasil-nao-sabe-o-que-e-ditadura/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Conferência de Imprensa com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump- Washington/EUA**. Washington, EUA, 19 mar. 2019. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-conferencia-de-imprensa-com-o-presidente-dos-estados-unidos-donald-trump-washington-eua>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na "Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU"**. Nova York, 20 set. 2022a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-debate-geral-da-77a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-agnu>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)**. [S. l.], [S.d.]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU**. Nova Iorque, EUA, 21 set. 2021a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Público com o governador de Roraima, Antonio Denarium-Boa Vista/RR**. Boa Vista, RR, 29 set. 2021b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-ato>

publico-com-o-governador-de-roraima-antonio-denarium-boavista-rr. Acesso em: 31 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Títulos de Propriedade Rural - Miracatu/SP**. Miracatu, SP, 13 out. 2021c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-entrega-de-titulos-de-propriedade-rural-miracatu-sp>. Acesso em: 31 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Regularização Fundiária**. Paragominas, PA, 28 abr. 2022b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida - Palácio do Planalto**. [Brasília] Palácio do Planalto, 16 jan. 2020. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-solenidade-de-passagem-de-comando-da-operacao-acolhida-palacio-do-planalto>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva à Inauguração da UTE Jaguatirica II; à Concessão dos Aeroportos do Bloco Norte; e à Entrega de Veículos do Programa Alimenta Brasil - Boa Vista/RR**. Boa Vista, RR, 29 set. 2021d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-alusiva-a-inauguracao-da-ute-jaguatirica-ii-a-concessao-dos-aeroportos-do-bloco-norte-e-a-entrega-de-veiculos-do-programa-alimenta-brasil-boavista-rr>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Alusivo à Cerimônia de abertura da 36ª Edição da APAS Show**. São Paulo, SP, 16 maio 2022c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-ato-alusivo-a-cerimonia-de-abertura-da-36a-edicao-da-apas-show>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Culto Interdenominacional das Igrejas de Anápolis- Anápolis/GO**. Anápolis, GO, 09 jun. 2021e. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-culto-interdenominacional-das-igrejas-de-anapolis-anapolis-go>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BONFIM, U. C. **Geopolítica**. [Rio de Janeiro, RJ]: ECEME, 2005. 101 p. Disponível em: https://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

BRANCANTE, P. H.; REIS, R. R. A "securitização da imigração": mapa do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 77, p. 73–104, 2009. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200003>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ln/a/KwbJt6hy4bmVYYCMThfjspd/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Polícia Federal atualiza dados sobre migração de venezuelanos**. [Brasília, DF:]: Casa Civil, 5 set. 2018a. Atualizado em 6 set. 2018. Disponível em:
<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2018/setembro/policia-federal-atualiza-dados-sobre-migracao-de-venezuelanos>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.285 de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório Provocado por Crise Humanitária na República Bolivariana Da Venezuela. Brasília, DF: Presidência da República, 16 fev. 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, 9 jun. 1999. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 1 de ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: Presidência da República, 19 ago. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 1 de ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **GLO em Roraima: Exército intensifica controle na faixa de fronteira**. Brasília, DF: Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Ministério da Defesa, 30 ago. 2018c. Atualizado em 4 nov. 2022. Disponível em:
<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/glo-em-roraima-exercito-intensifica-controle-na-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Governo federal lança nova fase da Operação Acolhida para acelerar interiorização de venezuelanos**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 3 out. 2019. Atualizado em 4 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/governo-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-acolhida-para-acelerar-interiorizacao-de-venezuelanos>. Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Brasil vira rota de contrabando de migrantes e MJSP muda regras para a entrada no país**: Medida, válida a partir de segunda-feira (26), ocorre após a Polícia Federal apontar a atuação de grupos criminosos em esquemas de tráfico e contrabando de pessoas. Entenda as principais dúvidas sobre a nova orientação. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 22 ago. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/brasil-vira-rota-de-contrabando-de-migrantes-e-mjsp-muda-regras-para-a-entrada-no-pais>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Fluxo migratório no Brasil foi de 2,3 milhões de pessoas em 14 anos, aponta Boletim das Migrações**: Documento, divulgado nesta quinta-feira (10), apresenta informações detalhadas sobre migrantes e refugiados no País desde 2010. Dados foram compilados pelo Obmigra. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 10 out. 2024b. Atualizado em 11 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/fluxo-migratorio-no-brasil-foi-de-2-3-milhoes-de-pessoas-em-14-anos-aponta-boletim-das-migracoes>. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida**. [Brasília, DF]: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 1 de ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Biblioteca**. [Brasília, DF], [2024]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BUZAN, B. Societal security, state security and internationalisation. In: WÆVER, O.; BUZAN, B.; KELSTRUP, M.; LEMAITRE, P. (Eds.). **Identity, Migration and the New Security Order in Europe**. London: Pinter Publishers Ltd., 1993. cap. 3, p. 41-58.

BUZAN, B., HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Tradução de Flávio Lira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 576p. ISBN 978-85-393-0266-6.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. Security Analysis: Conceptual Apparatus. In: BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. **Security: A new framework for analysis**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998, cap. 2, p. 21-48. ISBN 1-55587-603-X.

BUZAN, B; HANSEN, L. Widening and deepening security. In: BUZAN, B; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge [U.K.]; New York, N.Y.: Cambridge University Press, 2009. cap. 7, p. 187-224, ISBN 978-0-511-65179-3.

CARLÀ, A. Securitizing borders: the case of South Tyrol. **Nationalities Papers**, [S. l.], p. 1–19, 2021. DOI: 10.1017/nps.2021.14. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/nps.2021.14>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CARMO, M. Crise na Venezuela: como gastança de petrodólares ajudou a afundar o país que já teve ‘sucursal do céu’. **BBC News Brasil**, Buenos Aires, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46630891>. Acesso em: 2 dez. 2024.

CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CSEM). **Nota de repúdio à Portaria 666 do Ministério da Justiça e Segurança Pública**. [S. l.], 2 ago. 2019. Disponível em: https://www.csem.org.br/pt_br/csem_em_foco/nota-de-repudio-a-portaria-666-do-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica/. Acesso em: 22 dez. 2024.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Governo Bolsonaro deixa pacto global para migração**. São Paulo, SP, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

DAVEY, J.; EBNER, J. ‘The Great Replacement’: the violent consequences of mainstreamed extremism. **Institute for Strategic Dialogue (ISD)**, London, 2019. p. 4-35. Disponível em: <https://www.isdglobal.org/wp-content/uploads/2019/07/The-Great-Replacement-The-Violent-Consequences-of-Mainstreamed-Extremism-by-ISD.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

DELEIXHE, M.; DEMBINSKA, M.; DANERO IGLESIAS, J. Securitized borderlands. **Journal of Borderlands Studies**, [S. l.], v. 34, n. 5, p. 639-647, 2019. DOI: 10.1080/08865655.2018.1445547. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08865655.2018.1445547>. Acesso em: 6 jun. 2024.

ENTENDA como a ajuda humanitária oferecida à Venezuela ficou no centro da disputa política no país: Nicolás Maduro mandou fechar a fronteira com vizinhos, inclusive o Brasil, para impedir a passagem de doações. **G1**, [S. l.], 21 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/21/entenda-como-a-ajuda-humanitaria-oferecida-a-venezuela-ficou-no-centro-da-disputa-politica-no-pais.ghtml>. Acesso em: 31 dez. 2024.

ERNST, K. P.; PAGOT, R. América do Sul: entre o mito do pacifismo e a realidade da insegurança diária. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, XI., 2021, [João Pessoa]. **Anais Eletrônicos 2021**. [João Pessoa]: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2021. p. 1-23. ISBN 978-65-996227-0-0. Disponível em: https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1626481849_ARQUIVO_d8324f761c0c43fbc84cced76f99ca43.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

FAKHRI, M. End of mission statement: visit to Venezuela (Bolivarian Republic of), 1-14 February 2024. **UN Special Rapporteur on the right to food**, [S. l.], 14 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/food/statements/20240214-eom-statement-venezuela-sr-food-en.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FREITAS, M. L. D. Meio ambiente e política ambiental na Venezuela. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. (org.). **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p. 23-54. ISBN 85-7631-004-X. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

FULGÊNCIO, R. F. O paradigma racista da política de imigração brasileira e os debates sobre a “Questão Chinesa” nos primeiros anos da República. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 51, n. 202, p. 203-221, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/503045>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FURTADO, I. P. **O processo de securitização do fenômeno imigração e seus reflexos para a estrutura migratória brasileira**. Orientadora: Nathaly Xavier Schütz. 2014. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santa’Ana do Livramento, 2014. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/978/1/Furtado%20C%20Iani%20Pereira.%20O%20processo%20de%20securitiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20fen%C3%B4meno%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20e%20seus%20reflexos%20para%20a%20estrutura%20migrat%C3%B3ria%20brasileira.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

GORTÁZAR, N. G. Êxodo venezuelano: onde estão esses 7% de venezuelanos forçados a fugir. **El País**, Madrid, 30 ago. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/internacional/1535307553_501641.html#:~:text=A té%20agora%2C%20as%20medidas%20econômicas,país%20de%20origem%20de%20emigr antes](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/internacional/1535307553_501641.html#:~:text=A%20agora%2C%20as%20medidas%20econômicas,país%20de%20origem%20de%20emigrantes). Acesso em: 2 de ago. 2024.

GUIMARÃES, E. M. **Venezuela e petróleo: os caminhos e consequências da dependência econômica**. Orientador: Fernando Henrique Lemos Rodrigues. 2015. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios: UFRRJ, 2015. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t162.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

GUITARRARA, P. Países da América do Sul. **Brasil Escola**, [S. l.], [S. d]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/paises-da-america-do-sul.htm>. Acesso em 27 dez. 2024.

HUYSMANS, J. The European Union and the securitization of migration. **JCMS: Journal of common market studies**, [S. l.], v. 38, n. 5, p. 751-777, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1468-5965.00263?msocid=0e34355a75d06b003e0e203874d06a64>. Acesso em: 2 nov. 2024.

IOM REGIONAL OFFICE FOR SOUTH AMERICA. Migration Analysis Unit. **Migration trends in the Americas**. [Buenos Aires], 2019. Disponível em: https://lac.iom.int/sites/g/files/tmzbdl626/files/documents/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas_Venezuela_EN_Diciembre_2019_WEB.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

IOM. **South America**: regional migration report: migration trends in Venezuela (March 2018). [Genebra, Suíça], 2018a. Disponível em: <https://dtm.iom.int/reports/south-america-regional-migration-report-migration-trends-venezuela-march-2018>. Acesso em: 2 ago. 2024.

IOM. **South America**: regional migration report: migration trends in Venezuela (September 2018).[Genebra, Suíça], 2018b. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/dtm/venezuela_dtm_201809.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; TONHATI, T.; LIMA COSTA, L. F. **Refúgio em números, 2023**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

KUSS, L. C. Um Caminho para a Aproximação entre as RI e a Ciência Política: Diálogo entre a Análise de Política Externa e a Análise de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 296-318, dez. 2020. DOI 10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n3.53633. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/53633/32421>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MACEDO, M. M. K. A (In)visibilidade do Outro: Reflexões sobre Refúgio e Migração. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 42, p. e239394, 2022. DOI: 10.1590/1982-

3703003239394 . Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/DbF5k9MTyJjngqNBxzqc5hH/>. Acesso em: 1 jan. 2025.

MAIA, G. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar "certo tipo de gente". **UOL**, Brasília, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MARINGONI, G. Petróleo: crises e dilemas. **Desafios do desenvolvimento**, [Brasília, DF], v. 8, n. 66, 27 jul. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2509:catid=28. Acesso em: 2 ago. 2024.

MARINGONI, G; ROMANO, G.; BERRINGER, T. Política externa brasileira em um mundo em transformação: o governo Bolsonaro. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRINGER, T. (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. 22. ed. Santo André, SP: Editora Universidade Federal do ABC (EdUFABC), 2021. cap. Apresentação, p. 7-19. ISBN 978-65-990173-8-4. Disponível em: https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf. Acesso em: 22 dez. 2024.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MATEUS, N. “As fronteiras no seu labirinto: Permitir ou bloquear o acesso – as políticas de securitização como gatekeepers”. In: **O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC**, [S. l.], n. 4, p. 2-13, 2010. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/32_Nelson_Mateus.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

MEDEIROS FILHO, O. Breve panorama de segurança na América do Sul. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. cap. 1, p. 21-42. ISBN 978-85-7811-193-9. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

MOLITERNO, D. Em 10 anos, economia da Venezuela recua 62% sob Maduro, diz estudo: Segundo estudo, PIB da Venezuela saiu de US\$ 258,93, em 2013, para US\$ 97,12 bi, no ano passado, em queda de 62,5%. **CNN Brasil**, [São Paulo], 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/em-10-anos-economia-da-venezuela-recua-62-sob-maduro-diz-estudo/#:~:text=A%20inflação%2C%20por%20sua%20vez,%25%2C%20durante%20todo%20o%20período>. Acesso em: 2 de ago. 2024.

MOREIRA, G. B. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018a. 355 p. ISBN 978-85-7631-765-4. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-262->

politica_regional_da_venezuela_entre_1999_e_2012_petroleo_integracao_e_relacoes_com_o_brasil_a. Acesso em: 2 ago. 2024.

MOREIRA, P. G. Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, B.(coord.); MOURA, R. (org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018b. v.1, cap.1, p. 21-42. ISBN 978-85-7811-337-7. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8791>. Acesso em: 6 jun. 2024.

NASSER, R. M.; MORAES, R. F. Introdução. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. p. 11-15. ISBN 978-85-7811-193-9. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

NERI, M. C. Apresentação. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. p. 9-10. ISBN 978-85-7811-193-9. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

OBMIGRA. **SISMIGRA ANO ENTRADA**: Sistema de Registro Nacional Migratório. [Brasília, DF], [2025a]. Base de dados mantida pela OBMigra. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoEntrada>. Acesso em: 7 jan. 2025

OBMIGRA. **SOLICITANTES DE REFÚGIO**. [Brasília, DF], [2025b]. Base de dados mantida pela OBMigra. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/stimar>. Acesso em: 7 jan. 2025

OBMIGRA. **STI**: Portal de Imigração Laboral. [Brasília, DF], [2025c]. Base de dados mantida pela OBMigra. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sti>. Acesso em: 7 jan. 2025.

OIM Brasil. **Pacto Global para uma Migração segura, Ordenada e Regular**. Brasília, DF, [2025]. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular#:~:text=O%20Pacto%20Global%20é%20enquadrado,migração%20segura%2C%20ordenada%20e%20regular>. Acesso em: 1 jan. 2025.

OIM. **DTM**: monitoramento do fluxo da população venezuelana: rodada 7, Roraima, Brasil. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-04/DTM-2023-RR.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ONU. Agências da ONU precisam de US\$ 1,59 bilhão para apoiar venezuelanos em 2024. **ONU News**, [S. l.], 7 dez. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824502>. Acesso em: 2 ago. 2024.

PARDO, D. Como era a 'Venezuela saudita', um dos países mais ricos dos anos 50 e 80. **BBC News Mundo**, [Londres], 2 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47423737#:~:text=Nesse%20per%C3%ADodo%2C%20entre%20o%20final,de%20um%20bom%20retorno%20financeiro>. Acesso em: 2 dez. 2024.

PROKKOLA, E.-K. Geopolitics of Border Securitization: Sovereignty, Nationalism and Solidarity in Asylum Reception in Finland. **Geopolitics**, Oulu, Finland, p. 1-20, 2018. DOI: 10.1080/14650045.2018.1520213. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14650045.2018.1520213>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PROKKOLA, E.-K. Neoliberalizing Border Management in Finland and Schengen. **Antipode**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 1318-1336, 2012. ISSN 0066-4812. DOI: 10.1111/anti.12003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/anti.12003>. Acesso em: 30 ago. 2024.

R4V. **Pesquisa revela as perspectivas futuras de venezuelanos no Brasil**: Plataforma U-Report Uniendo Voces mostra que 77% dos entrevistados afirmam que a sua situação melhorou e que 57% ainda almejam atingir seus objetivos no Brasil. Brasília, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/news/pesquisa-revela-perspectivas-futuras-de-venezuelanos-no-brasil>. Acesso em: 2 nov. 2024.

R4V. **Refugees and migrants from Venezuela**. [S. l.], 3 dez. 2024. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/423>. Acesso em: 7 jan. 2025.

REIS, J. J. Presença Negra: conflitos e encontros. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2007. p. 79-99. ISBN 978-85-240-3940-9. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ROTERMEL, A. T.; CHAGAS, I.; MORAES, I.; CARMELO, S. O. M.; COLLACO, Y. C. Como começou a crise na Venezuela?. **Politize**, [S. l.], 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a VII Cúpula das Américas - Cidade do Panamá/Panamá**. Cidade do Panamá-Panamá, 11 abr. 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-vii-cupula-das-americas-cidade-do-panama-panama>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SACRAMENTO, L. O mito do Brasil acolhedor de imigrantes. **A Terra é redonda**, [São Paulo, SP], 6 fev. 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-mito-do-brasil-acolhedor-de-imigrantes/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAINT-PIERRE, H. L. "Defesa" ou "segurança"? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 407-433, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/7hYQwTNRzvcqfr9dqMd3PKJ/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SEABRA, M. P. C. S. **O conceito de fronteira**: uma abordagem multifacetada. Orientador: TCor Inf Abílio Pires Lousada. 2012. 68 f. Trabalho de Investigação Individual (Curso de

Estado-Maior Conjunto 2011/2012) - Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10023/1/MAJ%20Saldanha%20Seabra.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.

SOUZA, J. 'Acre virou rota internacional de imigração ilegal'. **UOL**, [S. l], 27 abr. 2014. Disponível em: <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2014/04/27/acre-virou-rota-internacional-de-imigracao-ilegal/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

TANNO, G. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 47-80, jan./jun. 2003. DOI: 10.1590/S0102-85292003000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&for>. Acesso em: 2 ago. 2024.

TEMER, M. **12-02-2018-Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Encontro com Líderes Políticos de Roraima - Boa Vista/RR**. Boa Vista, RR, 12 fev. 2018a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-encontro-com-lideres-politicos-de-roraima-boa-vista-rr>. Acesso em: 2 dez. 2024.

TEMER, M. **15-05-2018-Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante evento Maio/2016 – Maio 2018: O Brasil Voltou**. [Brasília, DF], Palácio do Planalto, 15 maio 2018b. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-evento-maio-2016-2013-maio-2018-o-brasil-voltou>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TEMER, M. **Entrevista do Presidente da República, Michel Temer, após reunião de Acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ**. Rio de Janeiro, 30 ago. 2018c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/entrevistas-concedidas-pelo-presidente-michel-temer/entrevista-do-presidente-da-republica-michel-temer-apos-reuniao-de-acompanhamento-da-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TEMER, M. **Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, a Geraldo Freire, da Rádio Jornal de Pernambuco**. Entrevista cedida a Geraldo Freire. [Recife, PE], 29 ago. 2018d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/entrevistas-concedidas-pelo-presidente-michel-temer/entrevista-exclusiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-michel-temer-a-geraldo-freire-da-radio-jornal-de-pernambuco-1>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TEMER, M. **Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, à Rádio Guaíba**. Brasília, DF, 09 fev. 2018e. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/entrevistas-concedidas-pelo-presidente-michel-temer/entrevista-exclusiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-michel-temer-a-radio-guaiba>. Acesso em: 2 dez. 2024.

TEMER, M. **Entrevista exclusiva concedida pelo senhor Presidente da República, Michel Temer, à NBR**. Brasília, DF, 04 maio 2018f. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/entrevistas-concedidas-pelo-presidente-michel-temer/copy_of_entrevista-exclusiva-concedida-pelo-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-a-nbr. Acesso em: 20 dez. 2024.

TIAN, N.; SILVA, D. L.; LIANG, X.; SCARAZZATO, L. **Trends in World Military Expenditure, 2023**. Stockholm: SIPRI, abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.55163/BQGA2180>. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404_fs_milex_2023.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

VALOR ONLINE. "American first": leia a íntegra do discurso de posse de Trump. **UOL**, [S. l.], 20 jan. 2017. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2017/01/20/america-first-leia-a-integra-do-discurso-de-posse-de-trump.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 28 ago. 2024.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 1-7, 06 fev. 2017. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/view/1171/1151>. Acesso em: 2 de ago. 2024.

VENEZUELA é o país com maior inflação do mundo em 2015, diz FMI. **G1**, [S. l.], 10 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/venezuela-e-o-pais-com-maior-inflacao-do-mundo-em-2015-diz-fmi.html>. Acesso em: 2 dez. 2024.

VILLA, R. A. D.; MEDEIROS FILHO, O. Agências de segurança e defesa na América do Sul: percepções sobre o complexo regional de segurança. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1., 2007, [Brasília, DF]. **Anais...** [Brasília, DF]: ABRI, 2007. Disponível em: https://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Seguranca_Internacional/SI8_Rafael_Duarte_Villa_e_Oscar_Medeiros_Filho.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

VIZENTINI, P. F. A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001). In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. (org.). **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p. 57-83. ISBN 85-7631-004-X. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

WÆVER, O. Societal security: the concept. In: WÆVER, O.; BUZAN, B.; KELSTRUP, M.; LEMAITRE, P. (Eds.). **Identity, Migration and the New Security Order in Europe**. London: Pinter Publishers Ltd., 1993. cap. 2, p. 17-40.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge university press, 1999. ISBN 0 521 46557 5.

XIN, L. **Contributos para a análise do ato ilocutório de crítica numa perspectiva contrastiva: o caso dos aprendentes chineses de PLE**. Orientadora: Maria da Conceição Carapinha Rodrigues. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda (PLELS)) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra,

Coimbra, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/93347>. Acesso em: 6 de jun. 2024.

APÊNDICE

Tabela 5 - Discursos utilizados para as análises da temática

Nº	PRESIDENTE	TÍTULO DO DISCURSO	DATA	LOCAL
1	Dilma Rousseff	Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a VII Cúpula das Américas - Cidade do Panamá/Panamá	11 de abril de 2015	Panamá
2	Dilma Rousseff	Declaração à imprensa da presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro com o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez - Brasília/DF	21 de maio de 2015	Brasília/DF
3	Dilma Rousseff	Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, à empresa de radiodifusão alemã Deutsche Welle (publicada em 09/06/2015) - Vídeo	10 de junho de 2015	Alemanha
4	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, ao programa Roda Viva, da TV Cultura - Brasília/DF	14 de novembro de 2016	Brasília/DF
5	Michel Temer	Entrevista concedida pelo presidente da	22 de abril de 2017	Brasília/DF

		República, Michel Temer, à Agência Efe - Brasília/DF		
6	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, à agência de notícias Reuters - Nova York/EUA	20 de setembro de 2017	Nova York/EUA
7	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, ao Band News	07 de fevereiro de 2018	[Grupo Bandeirantes de Comunicação]
8	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, à Rádio Guaíba	09 de fevereiro de 2018	[Rádio Guaíba]
9	Michel Temer	Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Encontro com Líderes Políticos de Roraima - Boa Vista/RR	12 de fevereiro de 2018	Boa Vista/RR
10	Michel Temer	Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, após Encontro com Líderes Políticos de Roraima - Boa Vista/RR	12 de fevereiro de 2018	Boa Vista/RR

11	Michel Temer	Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Conferência Internacional "O Poder do Investimento na Primeira Infância para o Desenvolvimento com Equidade" - Brasília/DF	20 de março de 2018	Brasília/DF
12	Michel Temer	Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura da Reunião Ministerial - Palácio do Planalto	12 de abril de 2018	Brasília/DF
13	Michel Temer	Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão Plenária da VIII Cúpula das Américas - Lima/Peru	14 de abril de 2018	Lima/Peru
14	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo senhor Presidente da República, Michel Temer, à NBR	04 de maio de 2018	Brasília/DF
15	Michel Temer	Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante evento Maio/2016 – Maio 2018: O Brasil Voltou	15 de maio de 2018	Brasília/DF
16	Michel Temer	Entrevista Coletiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, após	21 de junho de 2018	Boa Vista/RR

		visita ao abrigo de Nova Canaã - Boa Vista/RR		
17	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, à CNN em Espanhol - Puerto Vallarta/México	25 de julho de 2018	Puerto Vallarta/México
18	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, a Geraldo Freire, da Rádio Jornal de Pernambuco	29 de agosto de 2018	[Rádio Jornal de Pernambuco]
19	Michel Temer	Entrevista do Presidente da República, Michel Temer, após reunião de Acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ	30 de agosto de 2018	Rio de Janeiro/RJ
20	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, ao jornalista José Luiz Datena, do programa Agora é Domingo, da Band- Rio de Janeiro/RJ	02 de setembro de 2018	Rio de Janeiro/RJ
21	Michel Temer	Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República,	25 de setembro de 2018	Nova Iorque/EUA

		Michel Temer, à ONU News		
22	Michel Temer	Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, após Cerimônia de Apresentação de Cartas Credenciais - Palácio do Planalto	10 de dezembro de 2018	Brasília/DF
23	Michel Temer	Entrevista concedida pelo Presidente da República, Michel Temer, ao Programa Mariana Godoy Entrevista, da RedeTV - Brasília/DF	SEM DATA	Brasília/DF
24	Michel Temer	Declaração à imprensa do Presidente da República, Michel Temer, após Cerimônia de assinatura de atos	SEM DATA	[Brasília/DF]
25	Michel Temer	Declaração à imprensa do Presidente da República, Michel Temer, após assinatura de Atos	SEM DATA	[Brasília/DF]
26	Jair Bolsonaro	Declaração à imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Conferência de Imprensa com o	19 de março de 2019	Washington/EUA

		Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump- Washington/EUA		
27	Jair Bolsonaro	Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, após almoço em homenagem aos formandos do Instituto Rio Branco - Brasília/DF	03 de maio de 2019	Brasília/DF
28	Jair Bolsonaro	Falas do Presidente da República, Jair Bolsonaro, e governadores durante reunião sobre Amazônia Legal - Palácio do Planalto	27 de agosto de 2019	Brasília/DF
29	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de assinatura de acordos da Nova Fase da Operação Acolhida - Palácio do Planalto	02 de outubro de 2019	Brasília/DF
30	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida - Palácio do Planalto	16 de janeiro de 2020	Brasília/DF

31	Jair Bolsonaro	Discurso do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Sessão de Abertura de Seminário Empresarial Brasil-Estados Unidos na Flórida-Miami/Flórida	09 de março de 2020	Miami/Flórida
32	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Culto Interdenominacional das Igrejas de Anápolis-Anápolis/GO	09 de junho de 2021	Anápolis/GO
33	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU	21 de setembro de 2021	Nova Iorque/EUA
34	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva à Inauguração da UTE Jaguatirica II; à Concessão dos Aeroportos do Bloco Norte; e à Entrega de Veículos do Programa Alimenta Brasil - Boa Vista/RR	29 de setembro de 2021	Boa Vista/RR

35	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Público com o governador de Roraima, Antonio Denarium-Boa Vista/RR	29 de setembro de 2021	Boa Vista/RR
36	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Sanção do PLN para Obras do Metrô de BH e de Lançamento de Pedra Fundamental do Centro Nacional de Vacinas MCTI – UFMG - Belo Horizonte/MG	30 de setembro de 2021	Belo Horizonte/MG
37	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Títulos de Propriedade Rural - Miracatu/SP	13 de outubro de 2021	Miracatu/SP
38	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Lançamento de Novas Entregas do Programa Renda e Oportunidade - Palácio do Planalto	25 de março de 2022	Brasília/DF

39	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Regularização Fundiária	28 de abril de 2022	Paragominas/PA
40	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Alusivo à Cerimônia de abertura da 36ª Edição da APAS Show	16 de maio de 2022	São Paulo/SP
41	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Plenária da IX Cúpula das Américas	10 de junho de 2022	Los Angeles/EUA
42	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Culto Cívico em Celebração dos 111 Anos da Assembleia de Deus no Brasil, em Belém (PA)	17 de junho de 2022	Belém/PA
43	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na "Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU	20 de setembro de 2022	Nova Iorque/EUA
44	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura	SEM DATA	[Nações Unidas (ONU)]

		da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)		
45	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Cerimônia alusiva à 1ª Feira Brasileira do Nióbio Sirius – Hall Experimental – C10 - Campinas/SP	SEM DATA	Campinas/SP
46	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Cerimônia de Modernização de Normas de Segurança e Saúde no Trabalho - Palácio do Planalto	SEM DATA	Brasília/DF
47	Jair Bolsonaro	Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica Água nas Escolas - Palácio do Planalto	SEM DATA	Brasília/DF

Fonte: adaptado de Brasil ([2024]).